

MÁRCIA ISABEL VASCONCELOS TEIXEIRA

**Discursos sobre a homoparentalidade no contexto da psicologia clínica
e da saúde**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2015

MÁRCIA ISABEL VASCONCELOS TEIXEIRA

Assinatura _____

**Discursos sobre a homoparentalidade no contexto da psicologia clínica
e da saúde**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Fernando Pessoa como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde sob a orientação do
Professor Doutor Luís Santos.

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Luís Santos, orientador desta dissertação, por todo o seu apoio, empenho, disponibilidade, dedicação e paciência na realização deste estudo. Obrigada por todas as críticas construtivas e todos os momentos de reflexão e discussão. Este caminho não foi fácil, obrigado por tê-lo feito comigo.

À professora Doutora Isabel Silva, minha coorientadora, pela dedicação e disponibilidade na realização do meu estágio.

A todos os professores com os quais tive oportunidade de aprender, obrigado por me terem transmitido a vossa sabedoria.

A todos os entrevistados que despenderam do seu tempo para participar nesta investigação e assim a tornar possível.

À minha família e aos meus amigos, que estiveram sempre presentes, obrigado por todo o apoio e suporte para alcançar este objetivo.

Carla, obrigada pela tua amizade, pelo teu apoio e por nunca me teres deixado desistir. É também graças a ti que consegui chegar até aqui.

Fátima e Daniela, obrigada por todo o apoio e força que me deram. Obrigada por me ouvirem, aconselharem e estarem sempre lá quando precisei. Obrigada pela paciência que tiveram comigo e pela compreensão pelo tempo que vos tirei.

Aos meus pais que estão sempre comigo, obrigada por todos os sacrifícios que fizeram por mim.

A todos dedico esta dissertação.

Resumo

A temática da homoparentalidade tem vindo a assumir uma maior visibilidade na sociedade portuguesa. Encontramo-nos numa era de mudança onde já foi legalizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo e discute-se atualmente a possibilidade de legislar a coadoção por parte de casais do mesmo sexo. No entanto, apesar desta era de mudança em que nos encontramos, ainda é frequente o confronto com muitos preconceitos em relação à homossexualidade e, por consequente, à parentalidade homossexual. Deste modo, a ideia central do trabalho apresentado consiste em mapear as configurações da homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde.

Numa primeira abordagem, efetuou-se uma contextualização teórica inerente à homossexualidade e à parentalidade homossexual. Posteriormente, utilizando a metodologia qualitativa, procurou-se responder aos objetivos definidos para esta investigação, com recurso a um guião de entrevista em profundidade, semiestruturadas, aplicada na forma semi-diretiva. O guião é composto por seis unidades de análise, designadamente,: a) *caracterização sociodemográfica dos entrevistados*; b) *para um desenvolvimento saudável da criança*; c) *o lugar da família*; d) *a educação de uma criança por uma família homoparental*; e) *a investigação em homoparentalidade*; f) *desafios*.

Os discursos dos entrevistados foram analisados à luz da análise de conteúdo e sugerem oito aspetos importantes para o desenvolvimento saudável da criança, sendo a necessidade de terem afeto a que mais se evidencia. No que concerne ao lugar da família, os entrevistados defendem que uma família, de sangue ou não, homoparental ou não, será o melhor contexto para o desenvolvimento saudável e equilibrado de uma criança. Salvaguarda-se a necessária avaliação de todas as condições que possam

contribuir para o bem-estar da criança. Os resultados sugerem ainda a necessidade de uma permanente e cuidada observação dos princípios éticos e deontológicos consagrados no código deontológico dos psicólogos portugueses, de forma a evitar perceções da realidade e atuações profissionais pautados pelo preconceito e a homofobia internalizada. Por fim, os resultados reforçam a necessidade da disseminação das evidências científicas mais recentes em torno da homoparentalidade.

Palavras-chave: Discursos, homoparentalidade, psicologia clínica e da saúde.

Abstract

The theme of homoparenthood has been gaining a higher profile in Portuguese society. We find ourselves in an era of change in which has been legalized same-sex marriage and currently discusses the possibility of legislating coadoption by same-sex couples. However, despite this era of change in which we find ourselves, it is still frequent to find many prejudices about homosexuality and, consequently, the homosexual parenting. Thus, the central idea of this dissertation is to map the homoparenthood settings in the context of clinical and health psychology.

At first approach, it was performed a theoretical context inherent to homosexuality and homosexual parenting. Subsequently, using a qualitative methodology, we tried to meet the objectives set for this research, using an interview guide in-depth, semi-structured, applied in a semi-directive manner. The guide consists of six units of analysis, namely: a) *sociodemographic of respondents*; b) *for a healthy development of the child*; c) *the place of the family*; d) *the education of a child by a same-sex family*; e) *research into homoparenthood*; f) *challenges*.

The speeches of the interviewed were analyzed based on content analysis and suggest eight important aspects for healthy child development, been the need for affection the more evident. Regarding the place of the family, the interviewed argue that a family, blood related or not, homoparental or not, is the best context for a healthy and balanced development of a child. Safeguarding the necessary evaluation of all conditions that may contribute to children's well-being. The results suggest the need for a permanent and careful observation of the ethical and moral principles of the code of ethics of Portuguese psychologists, to avoid perceptions of reality and professional performances guided by prejudice and internalized homophobia. Finally, the results

reinforce the need for the dissemination of the latest scientific evidence around the homoparenthood.

The results suggest the need for a permanent and careful observation of ethical and moral principles of the code of ethics of Portuguese psychologists, to avoid perceptions of reality and professional performances guided by prejudice and internalized homophobia. Finally, the results reinforce the need for the dissemination of the latest scientific evidence around homoparenthood.

Key-words: Speeches, homoparenthood, clinical and health psychology.

Índice Geral

Resumo	iv
Abstract.....	vi
Índice de Anexos	xi
Introdução.....	12
Capítulo I – Homossexualidades	15
1.1 Introdução	15
1.2 Definição de homossexualidade	15
1.3. Evolução histórica da homossexualidade	16
1.4. Teorias explicativas da homossexualidade	18
1.4.1. Teorias biológicas	18
1.4.2. Teorias psicológicas	19
1.5. Identidade homossexual: O processo de <i>Coming Out</i>	20
1.6. Homofobia internalizada.....	21
1.7. Preconceito homossexual.....	22

Capítulo II – Parentalidade Homossexual	25
2.1. Introdução	25
2.2. A construção da família moderna: o lugar da homossexualidade no contexto familiar contemporâneo	25
2.3. Comportamento e práticas parentais de homossexuais.....	27
2.4. Desenvolvimento psicológico de crianças educadas em contexto homoparental.	29
2.4.1. Desenvolvimento psicológico e emocional.....	30
2.4.2. Desenvolvimento social e relacionamentos interpessoais.....	31
2.4.3. Desenvolvimento da orientação sexual	33
2.5. Normativos legais em Portugal	35
2.6. Atitudes face à homoparentalidade	36
Capítulo III – Metodologia.....	39
3.1 Introdução	39
3.2. Desenho da investigação e objetivos	39
3.3. Método	40
3.3.1. Instrumento.....	40
3.3.2. Participantes	42
3.3.3. Procedimentos	43

Capítulo IV – Apresentação e discussão de resultados	46
4.1. Introdução	46
4.2. Para um desenvolvimento saudável da criança.....	46
4.2.1. Satisfação das necessidades básicas	46
4.2.2. Regras, limites e promoção da autonomia e responsabilidade.....	48
4.2.3. Situações a evitar.....	49
4.3. O lugar da família	50
4.3.1. Um lugar privilegiado	50
4.4. A educação de uma criança por uma família homoparental	53
4.4.1. Posicionamentos de abertura e aceitação	53
4.4.2. Manifestações de reserva	54
4.5. A investigação em homoparentalidade	56
4.5.1. Entre a aceitação e a resistência	56
4.6. Desafios	58
4.7. Discussão	60
Conclusão	66
Referências Bibliográficas.....	69
<i>Anexos</i>	77

Índice de Anexos

Anexo A – Guião da entrevista.....	79
Anexo B – Declaração de consentimento informado.....	82
Anexo C – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 2 do guião de entrevista.....	84
Anexo D – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 3 do guião de entrevista.....	89
Anexo E – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 4 do guião de entrevista.....	94
Anexo F – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 5 do guião de entrevista.....	99
Anexo G – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 6 do guião de entrevista.....	103

Introdução

Desde a década de 70 do século XX que os investigadores têm procurado estudar as configurações das famílias homoparentais.

Designa-se homoparentalidade quando pelo menos um dos pais, na prática da parentalidade, se considera homossexual. O termo homoparentalidade provém do francês *homoparentalité*, formulado em 1997 pela Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiennes (APGL), fundada em 1986, em França (Amazonas, Veríssimo, & Lourenço, 2013).

Quando se refere famílias homoparentais podemos estar a falar de dois pais ou duas mães com filhos oriundos de relações heterossexuais prévias, a unicamente um pai ou uma mãe homossexual e seus filhos, a um casal homossexual que tenha decidido adotar uma criança (em países que assim o permitem) ou que tenham recorrido a inseminação artificial para conceber um filho (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013).

Este trabalho surge no contexto da implementação da lei n.º 9/2010, de 31 de maio que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e da recente discussão em torno do Projeto de Lei n.º 278/XII, relativo à coadoção e que está, neste momento, suspenso. Desta forma, entende-se que se trata do momento oportuno para examinar esta questão numa perspetiva da psicologia clínica e da saúde.

Apesar da era de mudança em que nos encontramos, ainda é frequente o confronto com muitos preconceitos em relação à homossexualidade e, por conseguinte, à parentalidade homossexual. A psicologia, que durante anos considerou a homossexualidade como uma doença, hoje em dia assume um posicionamento

diferente, apresentando evidências científicas não só no sentido de que a homossexualidade traduz uma mera orientação sexual, ainda que não dominante. A psicologia clínica e da saúde tem igualmente demonstrado uma preocupação em analisar o desenvolvimento de uma criança no contexto da homoparentalidade. Face a este contexto, o presente estudo pretende mapear as configurações da homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde.

Trata-se de um estudo qualitativo centrado nos discursos sobre a homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde, uma vez que os profissionais destas áreas têm maior probabilidade de estabelecer contacto com as famílias homoparentais e podendo estes servirem como agentes de mudança no confronto com uma sociedade que ainda não se encontra totalmente preparada para aceitar esta nova realidade.

Em termos de organização, o presente trabalho divide-se em duas partes: a primeira parte, intitulada *revisão da literatura*, e uma segunda parte intitulada *estudo empírico*. A primeira parte é constituída por dois capítulos: o capítulo I, *homossexualidades*, e o capítulo II, *parentalidade homossexuais*, e pretende contextualizar a temática desta dissertação numa revisão da literatura mais recente. A segunda parte é igualmente constituída por dois capítulos: o capítulo III, *metodologia*, e o capítulo IV, *apresentação e discussão dos resultados*. O capítulo III apresenta os objetivos, o instrumento e os procedimentos utilizados, bem como a caracterização sociodemográfica dos participantes. O capítulo IV pretende apresentar, o estudo realizado e os seus resultados. Para terminar, são expostas as conclusões da presente investigação, onde procuramos sublinhar os principais resultados, identificar as principais limitações do estudo, bem como pistas de investigação futuras.

Parte I

Revisão da Literatura

Capítulo I – Homossexualidades

1.1 Introdução

As atitudes face às famílias homoparentais provêm, em grande parte, ainda de atitudes face às próprias pessoas homossexuais, tanto *gays* como lésbicas e bissexuais (Costa, Caldeira, Fernandes, Pereira, Leal, 2013). Desta forma, considera-se pertinente que antes de se ponderar sobre a parentalidade homossexual, deve existir primeiramente uma reflexão sobre a própria homossexualidade. Assim, neste primeiro capítulo desenvolve-se o conceito de homossexualidade e apresenta-se a sua evolução histórica, introduz-se também algumas teorias explicativas da homossexualidade, desenvolve-se os conceitos de identidade homossexual e homofobia internalizada e, finalmente expõe-se o preconceito homossexual.

1.2 Definição de homossexualidade

A homossexualidade é entendida como uma minoria sexual. Moita (2003, p. 96) afirma que o conceito de minoria sexual “assenta numa assimetria reveladora de uma perceção, quer social, quer pessoal, de um grupo com menos direitos, por não corresponder, nalgum fator, aos conteúdos do modelo dominantes”.

A homossexualidade é a minoria sexual mais visível na literatura e parece ter vários significados para aqueles que a tentam compreender, ou seja, apesar de por vezes coincidir em vários aspetos é possível encontrar definições distintas de vários autores.

Para Corraze (1992), a homossexualidade existe quando se verifica que uma orientação sexual por parte de um determinado individuo recai sobre um indivíduo do mesmo sexo.

Vários têm sido os estudos que têm tentado compreender as origens e os fatores geradores da homossexualidade desde os finais do século XIX. Com a revolução sexual vivida nos anos 60 e 70 do século XX, estes estudos ganharam uma especial importância. O seu ponto de partida foi, em grande parte, os estudos de género que possibilitaram correlacionar as disparidades entre sexo e género e desconstruir alguns mitos, nomeadamente, dos conceitos de construção identitária e de homossexualidade (Lopes, 2012).

Sendo vista no passado, pela ciência médica, como um vício ou doença, hoje em dia, associações como a Associação Americana de Psicologia, a Associação Americana de Psicanálise, o Colégio Oficial de Psicólogos de Madrid, e a Associação Americana de Psiquiatria compreendem a homossexualidade apenas como uma preferência ou um tipo de gosto sexual.

1.3. Evolução histórica da homossexualidade

A relação entre a homossexualidade e a doença executou a sua função em meados do século XIX quando era urgente encontrar uma alternativa para a legislação que em muitos países, devido apenas à orientação sexual, condenava à pena de morte, aqueles que se relacionassem sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Nas sociedades ocidentais, os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo eram percebidos como uma escolha, consentida em certos momentos históricos (com alguns limites) e completamente coibida noutras épocas. Até meados do século XIX, indivíduos que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo não eram entendidos como um grupo particular, sendo que não existia, até então, uma categoria social que os caracterizasse. O conceito de homossexualidade, entendido como uma identidade particular, apenas é criado no século XIX. A sua condenação ou permissão era dependente do sexo, da idade dos envolvidos, do nível de educação, da classe social, do crescimento urbano e da

explosão demográfica, da época de ocorrência (se esta era de maior ou menor dominância religiosa) e até do grau de intimidade nos relacionamentos pessoais (Moita, 2001).

No início do século XIX, o número de mortes por condenação e os massacres públicos alcançaram tais proporções que se tornava urgente tomar medidas. Os médicos, chamados a tribunal para darem o seu parecer, encontram apenas, para reduzirem os casos de condenação a condução dos sujeitos para asilos hospitalares, catalogando-os como doentes. Rapidamente, este posicionamento teve um impacto oposto ao desejado, acabando originar uma nova perseguição dos homossexuais, considerada por alguns autores como a mais grave da História (D'Emílio, 1992).

Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria, reconhecendo os estudos realizados em diversas áreas que concluíram a não existência de uma associação entre homossexualidade e patologia, tenha retirado da sua lista de doenças mentais a homossexualidade. A Organização Mundial de Saúde, na sua publicação de 1992 (CIDM - 10), também já não considera a homossexualidade como doença. Todavia, a discriminação ainda se encontra presente nos juízos de valor e nas atitudes de técnicos de saúde (Moita, 2001).

A Organização Mundial de Saúde, instituição que os clínicos portugueses, a par da *American Psychiatric Association*, tomam como referência para as normas das políticas de saúde a assumir, eliminou a homossexualidade da sua 10.^a edição da Classificação Internacional de Doenças, aprovada em 1992 (Drimmelen-Krabbe, et al., 1994).

No que diz especificamente respeito a direitos de *gays* e *lésbicas*, tornou-se visível alguma preocupação na sequência do 25 de abril de 1974. O estigma que

associava a homossexualidade e a doença trouxe também consigo visibilidade aos indivíduos homossexuais, criando um contexto propício para o desenvolvimento de investigações e para o surgimento de reivindicações de poder dos movimentos lésbicos e *gay* (Cascais, et al., 2004).

1.4. Teorias explicativas da homossexualidade

Existem várias teorias que tentam dar uma explicação para a homossexualidade e ainda hoje não se chegou a um consenso. Abordaremos, se seguida, ainda que de forma não exaustiva, as teorias biológicas e as teorias psicológicas.

1.4.1. Teorias biológicas

Segundo Frazão & Rosário (2008), no âmbito das teorias biológicas sobre a homossexualidade prevalecem as explicações de caráter genético e as explicações baseadas nos níveis hormonais ao longo do desenvolvimento pré-natal, devido às diferentes concentrações de androgénio durante determinados períodos deste desenvolvimento. Desta forma, os homossexuais masculinos baixos níveis de androgénio durante o seu desenvolvimento pré-natal, enquanto, as homossexuais femininas seriam demasiado expostas a estas hormonas.

Segundo Moita (2001), a homossexualidade passou no contexto das teorias biológicas “do conhecimento a ser encarada como o resultado possível de uma alteração endócrina” (p. 96-97).

No entanto, devido à diversidade de resultados que apresentam as investigações ainda não é conclusivo afirmar que existem causas biológicas para a homossexualidade.

1.4.2. Teorias psicológicas

Freud (cit. in Moita, 2001), apresentou as primeiras explicações psicológicas da homossexualidade, afirmando que esta é resultado de um complexo de Édipo não resolvido durante o desenvolvimento infantil.

No seu pensamento mais radical, Freud entendeu a heterossexualidade exclusiva tão problemática como a homossexualidade, considerando que a supressão de qualquer aspecto da libido carecia de explicação. Contudo, apesar de ter considerado que muitos homossexuais nem desejavam, nem necessitavam de tratamento, a sua teoria familiar, onde defende que a homossexualidade como o resultado de uma falha da criança na resolução das relações psicosexuais com um ou outro progenitor, pressupunha a heterossexualidade como um mais saudável e preferível curso de desenvolvimento. (Moita, 2001, p. 113)

Segundo Frazão & Rosário (2008), os neo-freudianos continuaram a defender que a homossexualidade estaria relacionada a uma fixação numa fase precoce do desenvolvimento psicosexual, caracterizando-se pela atração pelo mesmo sexo e pelo narcisismo. Surgiram ainda, mais teorias fundamentadas pela psicanálise, que defendiam a homossexualidade como estando relacionada a uma parentalidade desajustada, onde o divórcio, o conflito parental, uma parentalidade pobre ou a existência de modelos de papéis sexuais impróprios poderiam criar fixações psicosexuais de onde resultaria a atração pelo mesmo sexo.

Na corrente comportamental, algumas teorias defendem que a homossexualidade é consequência da experiência sexual entre pessoas do mesmo sexo antes do contato sexual com pessoas de sexo oposto. Se estas experiências forem consideradas positivas e proporcionam prazer sexual constituem um reforço e aumento da prática homossexual (Frazão & Rosário, 2008). Uma outra teoria defendida é a da autorrotularem. Esta refere que um indivíduo ao ter comportamentos atípicos para o seu género e, consequentemente, ao ser chamado de homossexual pelos outros, passa a autoidentificar-se como homossexual (Frazão & Rosário, 2008).

Assim, e à semelhança do que acontece em relação às teorias biológicas, não se pode afirmar que existe uma teoria psicológica explicativa da homossexualidade. No entanto, mais importante do que procurar uma causa para homossexualidade será enquadrá-la na diversidade da sexualidade humana (Frazão & Rosário, 2008).

1.5. Identidade homossexual: O processo de *Coming Out*

O processo de formação da identidade é um processo de onde o indivíduo se identifica com um rótulo e o aplica, livremente, a si próprio. Contudo, este processo leva muitas vezes ao confronto com a negatividade. Desta forma, a questão “sou homossexual?”, é frequentemente respondida com ansiedade, uma vez que, a resposta terá consequências diretas em todos os aspetos da sua vida (Pereira & Leal, 2005).

Segundo Pereira & Leal (2005), o modelo da identidade homossexual explica quatro trajetórias identitárias possíveis, conforme a presença de um conjunto de determinantes sócio-culturais. Estas quatro trajetórias pressupõem de acordo com as seguintes etapas: (im)compatibilidade na perceção dos papéis sexuais sociais, reconhecimento da diferença, confusão identitária, tolerância identitária, aceitação pessoal da identidade, aceitação privada e integrada da identidade e abertura total.

O assumir da homossexualidade é um processo complexo de alterações intrapsíquicas e interpessoais que se prolongam ao longo do desenvolvimento. É um trajeto no sentido da autoaceitação que pode implicar uma abertura a terceiros ou pode ser baseada numa vivência plena mas individual (Cascais, et al., 2004).

No entanto, é incontestável que muitos homossexuais entendem que não conseguem preservar a sua identidade sexual com um segredo e, deste modo, necessitam de a partilhar com as suas pessoas significativas, nomeadamente à sua família de origem (Frazão & Rosário, 2008).

Assim, o processo de *Coming Out* é definido como o tomar conhecimento da identidade *gay*, lésbica, bissexual, e/ou transsexual (GLBT) – inicialmente pelo próprio e posteriormente por outros. É a característica central na experiência GLBT (Morrow, 2006).

Segundo Frazão & Rosário (2008), este processo não é algo que se inicia na idade adulta, mas sim no processo global da formação da identidade iniciado na adolescência. Em consonância com esta ideia, verifica-se hoje que a idade média do *coming out* é cada vez mais precoce.

O *Coming out* é afetado por diversos fatores, inclusive a própria opressão internalizada, opressão exterior, e o grau de confiança na pessoa a quem se revela. Uma vez que a maioria das pessoas assume que os outros são heterossexuais, pessoas GLBT são constantemente confrontadas com a necessidade de revelar a sua orientação sexual ou a sua identidade transgênica. (Morrow, 2006).

1.6. Homofobia internalizada

O conceito de homofobia internalizada tem sido apresentado como um fator primordial na exposição de diversos aspetos relacionados com a saúde e a doença entre pessoas homossexuais (Pereira & Leal, 2002).

Entendendo a homofobia internalizada como o medo da própria homossexualidade, este é um fenómeno cultural que não toma as mesmas formas ou o mesmo significado universalmente, estes variam consoante a sociedade em que o homossexual está inserido (Cascais, et al., 2004).

Os homossexuais são geralmente levados a internalizar uma série de noções ligadas aos valores negativos face à homossexualidade muito antes de compreenderem a natureza da sua orientação sexual. Frequentemente reconhecem os seus sentimentos de atração por pessoas do mesmo sexo e iniciam um processo psicológico de autorotulação. Iniciado este processo, os efeitos de dano psicológico causados pelas tais mensagens negativas tomam lugar (Pereira & Leal, 2002).

É, pois, quase impossível para qualquer homossexual ou bissexual não ter internalizado as noções negativas que a sociedade transmite sobre a sua sexualidade. Esta perceção negativa sobre a sua própria orientação sexual pode levar à ao preconceito, ao ódio pessoal ou a comportamentos de autodestruição (Cascais, et al., 2004).

O sentimento de vergonha, a representação mais comum da internalização da homofobia, pode ser consequência do confronto com possíveis ameaças, tanto externas como internas, e o bem-estar emocional do indivíduo vai estar dependente da forma como ele a consegue gerir (Pereira & Leal, 2002).

1.7. Preconceito homossexual

Apesar da evolução que as nossas sociedades têm sofrido, a homossexualidade ainda é um tabu para muitas pessoas. O desconhecido é gerador de medos e devido às suas mentalidades, as pessoas por vezes, nem tentam perceber o cerne da questão, desenvolvendo comportamentos céticos e agressivos perante o que consideram como “diferente”.

Nas sociedades, onde existe uma autonomia clara do estado em relação às religiões dominantes, é amplamente aceite o direito dos cidadãos à liberdade de orientação sexual. Contudo, o estigma social associado às orientações sexuais

minoritárias compete com o que consagra essa norma de liberdade que a Carta de Direitos Humanos, assinada pela maioria das nações. Primordialmente, a condenação à homossexualidade provem da crença de que a homossexualidade seria um pecado mortal e, deste modo, deveria ser eliminada porque assim seria a vontade de Deus (Pereira, 2009).

Já no domínio das práticas sociais, poderemos compreender melhor os fenómenos de inclusão e exclusão das pessoas homossexuais se considerarmos dois conceitos indissolivelmente relacionados: o de homofobia e o de heterossexismo. A homofobia consiste no medo e/ou no evitamento irracional provocados pela presença, real ou imaginada, de homossexuais. Já o heterossexismo é considerado como a crença de que a homossexualidade é aceitável, porém, a heterossexualidade é o modelo ideal de funcionamento psicológico, o que pode velar à criação de preconceitos e estereótipos (Cascais, et al., 2004).

Segundo Herek (2004), as atitudes em relação aos homossexuais dividem-se em três principais categorias, o medo/repulsa de homossexuais, a perceção dos actos homossexuais como desviantes ou patológicos, e as atitudes em relação aos seus direitos.

No estudo de Pereira et al. (2013), os investigadores verificaram uma correlação negativa entre a crença na imutabilidade (crença de que a homossexualidade possui uma base biológica, fixando-se no início da vida e de difícil mutação) e o preconceito contra os indivíduos homossexuais. Em contraram, ainda, uma correlação positiva entre o preconceito e a crença na diferença fundamental (crença de que os indivíduos homossexuais possuem uma natureza profundamente distinta dos indivíduos com uma diferente orientação sexual).

As pessoas que demonstram atitudes homonegativas são, frequentemente, pessoas que possuem uma maior religiosidade e acreditam que a homossexualidade é uma escolha do indivíduo. Denota-se, ainda, que os homens parecem ter atitudes mais homonegativas do que as mulheres, e, estas atitudes são de maior intensidade em relação a homossexuais masculinos do que homossexuais femininos (Costa, et al., 2013).

Capítulo II – Parentalidade Homossexual

2.1. Introdução

Em Portugal, no ano de 2012 estimava-se que o número de homossexuais com filhos seria entre os 3% e os 10% (Costa, Pereira, & Leal, 2012). Recentemente, com a discussão do projeto lei n.º 278 XII, que prevê a possibilidade de coadoção por casais do mesmo sexo, a visibilidade social nos media, nas publicações académicas, tal como nos debates políticos e legais aumentou, facto que contribuiu para o surgimento de um conjunto de questões sobre a realidade destas famílias às quais é necessário dar resposta (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013).

O presente capítulo começa por abordar o lugar da homossexualidade no contexto familiar contemporâneo, e analisa, ainda que de forma não exaustiva o desenvolvimento de crianças em contexto homoparental. Aborda ainda o desenvolvimento da orientação sexual, os normativos legais em Portugal e termina com algumas considerações em torno das atitudes face à homoparentalidade.

2.2. A construção da família moderna: o lugar da homossexualidade no contexto familiar contemporâneo

Um dos pontos mais relevantes da crescente visibilidade que a homossexualidade tem vindo a obter nos últimos anos é o questionamento do conceito de família (Santos, Scorsolini-Comin, & Santos, 2012).

A família nuclear, dado o aparecimento de novas constituições de família, está a tornar-se cada vez mais uma experiência minoritária (Uziel, et al., 2006); no entanto, é este ainda o modelo normativo no imaginário social, ao qual todas as outras formas de família são comparadas.

Esta noção excludente, que dá privilégio a um modelo único de família é uma fonte de conflitos, estigmatizações e preconceitos em relação a qualquer outro modelo que divirja daquilo que considerado normativo (Perroni & Costa, 2008).

A família tradicional tende a ser vista como natural, imutável e inequívoca, o que a dissimula como instituição social e historicamente construída, assim como sucede com a percepção predominante frente à homossexualidade (Santos & Moscheta, 2006).

Na realidade, homossexuais e bissexuais sempre desempenharam funções parentais, sendo possível observar-se, nas três últimas décadas, aquilo que os investigadores denominaram de *lesbian and gay baby boom* que consiste na criação de famílias lésbicas e *gays* planejadas (Costa, et al., 2013).

A família homoparental propõe o aumento da flexibilidade nas relações e papéis sociais de gênero, originando interrogações sobre os modos de ser feminino e masculino, ao lado das profundas alterações no conceito de família (Garbar & Theodore, 2000).

No passado recente, nomeadamente antes da legislação que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, era muito frequente pais ou mães homossexuais ocultarem a existência de um relacionamento, uma vez que, como pais celibatários eram mais facilmente aceites socialmente. Tais subterfúgios revelavam que a ausência de uma legitimidade jurídica e social dificultava a criação dos laços homoparentais e podia gerar dissonancias na criança em relação à formação das suas referências parentais. (Passos, 2005).

2.3. Comportamento e práticas parentais de homossexuais

Vários estudos têm debruçado a sua atenção sobre a temática da homoparentalidade. Uma das questões que mais tem merecido a atenção por parte dos investigadores é saber se os indivíduos homossexuais podem, de facto, ser bons pais.

No estudo de Golombock et al. (2003), com crianças de famílias homoparentais femininas, concluiu-se que existe um bom ajustamento psicológico da criança e relações positivas mãe-criança. Não se encontraram diferenças significativas entre as mães heterossexuais e as homossexuais na grande maioria das variáveis de parentalidade, ainda que as mães homossexuais tenham aludido a participarem mais em brincadeiras criativas e domésticas com os seus filhos e a puni-los fisicamente menos do que as mães heterossexuais. Não só são, os pais homossexuais, igualmente bons pais, como também têm estilos e experiências de parentalidade muito semelhantes às dos pais heterossexuais.

Já Flaks et al. (1995) estudaram 15 casais homossexuais femininos, com filhos entre os 3 e os 9 anos de idade, comparando-os com 15 casais heterossexuais. Os resultados da investigação não revelaram diferenças significativas entre os casais lésbicos e heterossexuais no seu ajustamento diádico. Apenas foram encontradas diferenças numa área, os casais lésbicos revelaram mais consciência das competências parentais eficazes do que os casais heterossexuais. Contudo, este resultado pode estar mais relacionado com o género (feminino) do que com a orientação sexual.

Farr, Forssell, & Patterson (2010), no seu estudo, concluíram que não existem diferenças significativas no ajustamento entre os casais homossexuais, abrangendo também aqueles que são coadotantes.

Crowl, Ahn & Baker (2008) efetuaram uma meta-análise com um total de 19 estudos. Estes autores concluíram que os pais homossexuais mencionavam uma melhor relação com os seus filhos do que os pais heterossexuais. É referido que este facto pode dever-se à grande parte destes pais serem do sexo feminino e não tanto da sua orientação sexual. Uma outra explicação possível pode dever-se ao facto dos pais homossexuais estarem continuamente a ser observados/questionados quanto ao seu desempenho parental e, por isso, sentirem-se pressionados a reportar melhores relações com os filhos.

Também Costa, Pereira, & Leal (2012), concluíram que os estudos dedicados às competências parentais e ajustamento relacional de pais e mães homossexuais, em grande parte, indicam que não existem diferenças significativas quando comparados com pais e mães heterossexuais.

Gato & Fontaine (2014), concordam com as conclusões anteriormente apresentadas e afirmam ainda que as diferenças encontradas favoreciam em grande parte os pais homossexuais. Estas diferenças podem ser encontradas nomeadamente, na qualidade da relação conjugal e divisão do trabalho doméstico, na qualidade das relações entre pais e filhos, e nas experiências associadas à adoção e à procriação medicamente assistida.

É possível, assim, concluir que a orientação sexual dos pais não está associada a consequências no comportamento e/ou nas suas práticas parentais.

2.4. Desenvolvimento psicológico de crianças educadas em contexto homoparental

Uma das questões que se levantam quando se fala do desenvolvimento psicológico de crianças educadas em contexto homoparental é: Saber se estas precisam, realmente, de ter um pai e uma mãe.

Gato & Fontaine (2011) referem que a ideia de que as crianças precisam concomitantemente de um pai e de uma mãe esta relacionada com o conceito de que a maternidade e a paternidade implicam capacidades mutuamente exclusivas e estereotipadas.

Segundo Patterson (2006) os resultados dos estudos indicam que, mais relevante para as crianças do que o género dos pais, é a qualidade das suas interações diárias e o vínculo das relações entre os pais.

Desta forma, se as crianças podem ter um desenvolvimento saudável não tendo simultaneamente um pai e uma mãe, será preferível para as crianças viver numa instituição ao invés de numa família homoparental?

Não foi possível encontrar na literatura estudos que relacionem diretamente crianças institucionalizadas com crianças em contexto de homoparentalidade. Contudo, como se poderá ver em seguida, os resultados das investigações apontam que é claramente melhor para uma criança o contexto familiar.

MacLean (2003) revisa vários estudos sobre crianças que passaram os seus primeiros anos em instituições. Os resultados destes estudos apontam, de forma consistente, para o impacto negativo da institucionalização em todos os aspetos do desenvolvimento.

Johnson et al. (2006) efetivaram uma revisão sistemática da literatura e descobriram evidências de consequências negativas para as crianças institucionalizadas, quer a nível social quer comportamental, em 94% dos estudos. Entre as consequências negativas para a criança salientavam competência social e relacionamento com os pares, problemas de comportamento anti-social e a dificuldades de vinculação nas crianças institucionalizadas.

Em Portugal, Magalhães (2012) analisou uma amostra de 120 crianças portuguesas (60 crianças institucionalizadas e 60 pertencentes ao grupo de controlo), com idades entre os 7 e os 11 anos, de forma a avaliar se a institucionalização interferia na intensidade da depressão. Os resultados apresentaram a existência de uma maior intensidade de depressão nas crianças institucionalizadas que se relacionava também com o tempo de institucionalização; as crianças institucionalizadas apresentaram também mais problemas interpessoais, maior intensidade de humor negativo, ineficácia, anedonia e autoestima negativa.

Desta forma, e apesar de todas as vantagens que as instituições podem representar para as crianças em risco, a partir destas investigações é possível concluir que é preferível para uma criança viver num ambiente familiar, mesmo que este ambiente seja num contexto de homoparentalidade.

2.4.1. Desenvolvimento psicológico e emocional

Uma vez que se verificou que era melhor para a criança viver numa família mesmo que esta seja homoparental, uma nova questão se levanta: Porá a homoparentalidade em causa o desenvolvimento psicológico das crianças?

Crowl, Ahn, & Baker (2008) efetuaram uma meta-análise de um total de 19 estudos, cuja análise concluiu que as crianças criadas por pais homossexuais têm um

desempenho igual ao às crianças criadas por pais heterossexuais ao nível do seu desenvolvimento cognitivo e ajustamento psicológico.

De acordo com Gato & Fontaine (2014), nenhuma das investigações nas quais foi avaliada a inteligência se deparou qualquer diferença entre as crianças de famílias homoparentais e heteroparentais. No entanto, um conjunto de estudos verificou que as crianças de famílias homoparentais reportavam a qualidade da relação com as mães como superior e mostravam um melhor desempenho escolar.

Já Farr, Forssell, & Patterson (2010) analisaram 106 famílias adotativas (50 heterossexuais, 29 casais homossexuais, 27 homossexuais masculinos), com um total de 212 pais e 106 crianças. Os resultados sugerem que crianças adotadas precocemente por casais homossexuais estavam tão bem ajustadas psicologicamente quanto as adotadas por casais heterossexuais. Estes resultados foram consistentes ao longo das avaliações realizadas tanto pelos pais, como pelos professores e pelas próprias crianças.

Deste modo, pode-se concluir que a homoparentalidade não coloca em causa o desenvolvimento psicológico e emocional das crianças.

2.4.2. Desenvolvimento social e relacionamentos interpessoais

Se a homoparentalidade não coloca em causa o desenvolvimento psicológico e emocional das crianças, será que colocará em causa o desenvolvimento social e os relacionamentos interpessoais?

Patterson (2009) afirma que a investigação asseverou reiteradamente que as crianças de famílias homoparentais mantêm relações sociais normais com os membros da família, com os pares e com adultos fora do seu círculo familiar.

Em Espanha, González et al. (2004) estudaram 28 famílias homoparentais, com filhos entre os 3 e os 16 anos. Os resultados deste estudo apontaram que as crianças que vivem em contexto homoparental usufruíam de uma aceitação média por parte dos seus colegas da escola e que possuíam relações de amizade muito satisfatórias.

Tal facto coloca, em nosso entender, uma nova questão: Sofrerão as crianças de famílias homoparentais discriminação? Esta pergunta é a uma das maiores preocupações relacionais com as crianças de famílias homoparentais. A possível discriminação, ridicularização, exclusão social e provocação por parte dos outros, nomeadamente do grupo de pares, poderão gerar consequências negativas para o desenvolvimento saudável da criança?

Os resultados da investigação em relação a esta questão ainda não atingiram um consenso. Alguns autores reportam resultados que indicam a presença de experiências de discriminação para com crianças de famílias homoparentais.

Uma destas investigações foi a realizada por Robitaille & Saint-Jacques (2009), onde estes conduziram 11 entrevistas semiestruturadas com jovens, entre os 15 e os 29 anos de idade, que provinham de famílias adotivas homoparentais. Estes autores concluíram que os jovens experimentavam estigma social devido ao tipo de família de onde derivavam, que possuía consequências negativas nas suas vidas pessoais e interpessoais.

Outros investigadores reportam concomitantemente a existência de discriminação e de fatores protetores e de resiliência que reduzem as suas consequências negativas.

No seu estudo, Bos & van Balen (2008), analisaram como experienciavam, as crianças holandesas de famílias homoparentais femininas, entre os 8 e os 12 anos de

idade, o estigma social e a influência de fatores protetores. Os resultados mostraram que as crianças apresentavam níveis baixos de estigmatização. Contudo, os rapazes referiam serem excluídos pelos seus pares por causa da sua configuração familiar mais frequentemente. As raparigas salientavam serem alvo bisbilhotices sobre o facto de terem duas mães. Quanto aos fatores de proteção, concluiu-se que o contacto frequente com outras crianças de famílias homoparentais operava como um fator protetor contra a influência negativa da estigmatização na autoestima destas crianças.

Finalmente, outros autores apontam ainda para a inexistência de discriminação ou asseveram que as crianças que vivem em contexto de homoparentalidade não são mais discriminadas do que outras crianças.

Anderssen et al. (2002) revisaram na sua meta-análise diversos estudos e, na sua generalidade, encontraram poucas ou nenhuma evidências de *bullying* de crianças em contexto de homoparentalidade devido à orientação sexual dos pais. No entanto, os estudos revelaram que as próprias crianças possuem a preocupação de virem a ser estigmatizadas.

Deste modo, tendo em consideração os resultados divergentes que é possível encontrar relativamente a esta questão, ainda não é possível chegar a conclusões definitivas. No entanto, a grande maioria dos estudos aponta para que, apesar de algumas experiências de discriminação, é exequível as crianças de famílias homoparentais estarem socialmente bem adaptadas, uma vez que, estas famílias encontram estratégias e mecanismos para lidar com este possível problema.

2.4.3. Desenvolvimento da orientação sexual

Finalmente, se a homoparentalidade não coloca em causa o desenvolvimento psicológico e emocional das crianças, e é possível estas manterem relações saudáveis

com a família, o grupo de pares e a sociedade em geral, será que a orientação sexual dos seus pais terá algum impacto no desenvolvimento da sua própria orientação sexual?

Para responder a esta questão, Bailey et al. (1995) efetuaram um estudo com 55 homens homossexuais ou bissexuais e os seus 82 filhos, que possuíam uma idade mínima de pelo menos 17 anos. Este estudo concluiu que mais de 90% destes filhos eram heterossexuais, sendo que a sua orientação sexual não foi correlacionada com o tempo que viveram com os pais.

Já Golombok & Badger (2010), no seu estudo, apuraram que todos os 18 jovens adultos de famílias homoparentais femininas que entrevistaram, com a exceção de uma jovem que se identificou como bissexual, se apresentavam como heterossexuais.

Gartrell, Bos, & Goldberg (2010), na sua investigação, enquadrada no estudo longitudinal americano sobre famílias homossexuais femininas, com adolescentes de 17 anos (39 raparigas e 39 rapazes), concluíram que, no que diz respeito à sua orientação sexual, 18,9% das raparigas e 2,7% dos rapazes autoavaliaram-se como bissexual e 0% das raparigas e 5,4% dos rapazes se reportaram como homossexuais, apresentando as raparigas maior probabilidade de se envolverem em experiências sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Ainda na investigação de Gato & Fontaine (2014), no que toca ao desenvolvimento psicosssexual dos/as filhos/as de mães lésbicas, não se encontra uma maior proporção de jovens e adultos/as com uma orientação sexual e uma identidade de género não normativas, em comparação com a população geral. Todavia, estes autores assinalaram que os comportamentos/papéis de género dos/as primeiros/as eram mais flexíveis do que os dos/as segundos/as.

Assim, em resposta à questão colocada, a investigação parece sugerir que a orientação sexual das crianças não depende da orientação sexual parental, até porque a grande maioria dos indivíduos homossexuais provêm de famílias heterossexuais.

2.5. Normativos legais em Portugal

Atualmente, no que concerne às formas de acesso à parentalidade em Portugal, a lei não permite a adoção por casais do mesmo sexo (art.º 3.º, Lei n. 9/2010, de 31/5; art.º 7.º, Lei n. 7/2001, de 11/5, com as alterações previstas na Lei n. 23/2010, de 30/8), embora esta proibição não se verifique nos casos de adoção singular (Côrte-Real, 2006).

Vedado aos casais homossexuais está também o acesso às técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA), definidas na lei como “um método subsidiário e não alternativo de procriação” (art.º 4.º, Lei n. 32/2006, de 26/7). Quanto às situações de “maternidade de substituição”, ou como é vulgarmente denominada “barrigas de aluguer”, onde uma mulher se voluntaria a sustentar uma gravidez por conta de outrem e a entregar o bebé após o parto, renunciando aos seus direitos maternais (art.º 8.º, Lei n. 32/2006, de 26/7), são consideradas “negócios jurídicos” nulos, não se verificando ainda o reconhecimento de famílias que já existem (Xavier, Alberto, & Mendes, 2015).

Em Portugal, o casamento homossexual já se encontra legalizado, no entanto, ainda não foram atingidos os mesmos direitos no que toca à parentalidade. O debate ainda se mantém, mas o que não se pode esquecer é o superior interesse das crianças que já vivem em contexto de homoparentalidade.

O não reconhecimento legal destas famílias traduz-se na possibilidade de serem negados os laços jurídicos com um membro do casal, nomeadamente o não biológico ou adotante, entendido pela criança como seu pai/mãe, que em situações de divórcio ou falecimento do progenitor legalmente reconhecido, coloca a criança que já se encontra

em crise, numa situação ainda pior uma vez que coloca em causa a continuidade da relação com a outra pessoa com a qual já possui laços afetivos (Perrin, Siegel, & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, 2013).

2.6. Atitudes face à homoparentalidade

Como referido anteriormente, acredita-se que as atitudes para com as famílias homoparentais resultam, em grande parte, das atitudes face aos homossexuais.

No seu estudo, Clarke (2001) analisou os argumentos mais utilizados contra a homoparentalidade na comunicação social e em *focus groups* com estudantes universitários. Este autor encontrou seis temáticas mais prevalentes: a homoparentalidade não é natural; a homoparentalidade é pecado; a homoparentalidade não faculta modelos adequados às crianças; a homoparentalidade não vai de encontro ao superior interesse da criança; as crianças de famílias homoparentais tornam-se homossexuais; e finalmente, as crianças de famílias homoparentais são vítimas de Bullying.

Segundo Gato, Freitas, & Fontaine (2012), o preconceito poderá ser um fator de stresse adicional se for exprimido no relacionamento com profissionais, cujo papel é o auxiliar às necessidades educacionais, de saúde e sociais das famílias.

Em Portugal, uma análise do discurso de técnicos/as de saúde mental demonstrou uma visão da homossexualidade como uma orientação sexual resultante de um défice ou uma falha desenvolvimental. Este estudo possibilitou ainda verificar uma tendência destes profissionais para avaliar os/as clientes não heterossexuais como mais agressivos/as ou com mais dificuldades de relacionamento, mais individualistas, e para desconsiderar dimensões mais positivas que poderiam estar associadas às orientações homossexuais (Moita, 2006).

De acordo com Gato, Freitas, & Fontaine (2012) a monoparentalidade homossexual, em Portugal, não constitui um impedimento legal para a candidatura a adoção, esta apenas existe se o pretendente adotante homossexual estiver envolvido num relacionamento amoroso.

Parte II
Estudo Empírico

Capítulo III – Metodologia

3.1 Introdução

Neste capítulo pretende-se apresentar o estudo empírico realizado nesta investigação. Para tal, identifica-se o desenho do estudo, os seus objetivos e o instrumento de recolha de dados utilizado, caracterizando ainda sociodemograficamente os participantes. Esclarece também os procedimentos associados à aplicação do instrumento, juntamente com o tratamento dos dados.

3.2. Desenho da investigação e objetivos

Como desenho desta investigação optou-se por uma metodologia qualitativa, de forma a analisar os discursos dos diversos profissionais sobre a homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde. Segundo Holanda (2006, p. 364), “A abordagem qualitativa propõe-se, então, a elucidar e conhecer os complexos processos de constituição da subjetividade, diferentemente dos pressupostos «quantitativos» de predição, descrição e controle.

Analisando a literatura surgem uma série de questões e interesses que levaram à colocação do objetivo geral deste estudo: mapear as configurações da homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde.

Para tal, definiu-se como objetivos específicos:

- a) Identificar as dimensões consideradas fundamentais para um desenvolvimento saudável de uma criança;
- b) Explorar o lugar da família no lugar do desenvolvimento saudável da criança;
- c) Indagar as (im)possibilidades da educação de uma criança por parte de uma família homoparental;

- d) Explorar os vários posicionamentos relativos aos estudos realizados no âmbito da homoparentalidade;
- e) Perscrutar os diversos desafios colocados no âmbito da homoparentalidade.

3.3. Método

3.3.1. Instrumento

No presente estudo, a recolha de dados foi processada com recurso à entrevista em profundidade. Concebemos, para tal, um guião (Anexo A) composto de seis unidades de análise: a) *caracterização sociodemográfica dos entrevistados*; b) *para um desenvolvimento saudável da criança*; c) *o lugar da família*; d) *a educação de uma criança por uma família homoparental*; e) *a investigação em homoparentalidade*; f) *desafios*. Uma das características das entrevistas semiestruturadas, que foi fundamental para a sua escolha como técnica de recolha de dados para este estudo, foi o permitir colocar questões que não constam no guião mas que surgem de forma espontânea pela necessidade de compreender de forma mais completa o fenómeno estudado. As questões encontradas no guião utilizado foram construídas com base na literatura alusiva à homoparentalidade e nos objetivos a que esta investigação se propõe. Este guião é constituído maioritariamente por questões abertas, de forma a promover a reflexão dos participantes sobre a temática em causa.

A fim de aferir a pertinência e a clareza do nosso guião começa-mos por realizar uma entrevista exploratória. Para esta entrevista foi utilizado um primeiro guião que era constituído por seis questões relativas ao desenvolvimento saudável da criança, ao lugar da família, às famílias homoparentais, aos posicionamentos dos vários profissionais sobre a temática e, por fim, sobre os desafios que ainda se colocam.

Esta entrevista exploratória foi realizada com uma informante privilegiada, escolhida pela sua formação e experiência profissional. Esta profissional é do sexo

feminino e concluiu a sua licenciatura em Psicologia da Educação em 1987 no ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Concluiu o Mestrado em Psicologia da Educação, especialidade em Motivação e Aprendizagem em 2000 na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e em 2012 concluiu o doutoramento em Psicologia Evolutiva e da Educação na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. É professora universitária há cerca de 15 anos já tendo trabalhado em várias partes do país.

Resultante deste entrevista exploratória, procedeu-se à conseqüente adaptação das questões colocados no guião, obtendo, assim, o instrumento final utilizado nas entrevistas com os participantes de estudo. Este instrumento contempla, como dissemos, seis unidades de análise. A primeira unidade de análise, denominada *caracterização sociodemográfica dos entrevistados*, possuiu como objetivo a recolha de dados sociodemográficos dos participantes, nomeadamente o sexo, a idade, as habilitações literárias, a profissão e a experiência profissional. A segunda unidade de análise, denominada *para um desenvolvimento saudável da criança*, assumiu como objetivo identificar as dimensões consideradas fundamentais para um desenvolvimento saudável de uma criança. A terceira unidade de análise, denominada *o lugar da família*, pretendeu explorar o lugar da família no desenvolvimento saudável da criança. No que concerne a quarta unidade de análise, denominada *a educação de uma criança por uma família homoparental*, teve como objetivo indagar as (im)possibilidades da educação de uma criança por parte de uma família homoparental, para tal, perguntou-se sobre os posicionamentos em relação à homoparentalidade, sobre a experiência que possuem com estas famílias na sua prática clínica, e sobre as diferenças que encontram entre os vários tipos de família. A quinta unidade de análise, denominada, pretendeu explorar os vários posicionamentos relativos aos estudos realizados no âmbito da homoparentalidade, para

tal questiona-se sobre os diferentes posicionamentos dos vários profissionais sobre esta temática, assim como, sobre o possível enviesamento da investigação em homoparentalidade. Finalmente, a sexta unidade de análise, denominada *desafios*, teve como finalidade perscrutar os diversos desafios colocados no âmbito da homoparentalidade.

3.3.2. Participantes

Os quatro participantes nesta investigação foram recrutados por conveniência, dada a sua formação de base em psicologia clínica e da saúde e trabalharem em diferentes contextos profissionais (e.g., hospital central, clínica privada, escola).

O participante 1 é do sexo masculino e têm 36 anos. Licenciou-se em Psicologia no ano de 2000. Fez uma pós-graduação em Gestão de Pessoas e neste momento encontra-se a fazer um mestrado em Psicologia Escolar e da Educação. Em termos profissionais trabalha numa clínica onde trabalha com jovens e adultos. Foi professor universitário. Esteve sempre ligado à formação profissional e, desde há alguns anos, encontra-se em contexto escolar.

O participante 2 é do sexo masculino e tem 39 anos. Licenciou-se em Psicologia em 1998 e realizou o seu mestrado em Psicologia Clínica do Desenvolvimento. Fez formação em terapia familiar e é terapeuta familiar e de casal. Profissionalmente mantém um consultório de clínica privada e exerce também a sua profissão num centro de saúde. Possui 18 anos de experiência profissional.

A participante 3 é do sexo feminino, 46 anos, formada em psicologia há 21 anos. Neste momento trabalha num hospital central como psicóloga clínica e mantém um consultório de clínica privada.

A participante 4 é do sexo feminino e tem 49 anos. Esta é licenciada em psicologia e realizou o seu mestrado em psicologia clínica. Fez formação em terapia familiar e tem trabalhado com famílias quer em contexto público quer em contexto particular. Possui 25 anos de experiência profissional.

3.3.3. Procedimentos

Os participantes foram contactados por telefone pela investigadora. A resposta afirmativa dos mesmos relativamente à participação na investigação levou à marcação das várias entrevistas. Estas entrevistas foram realizadas individualmente no local de trabalho dos participantes, com a exceção da entrevista com a participante 4, por sua vontade. Esta entrevista foi realizada, também de forma individual, na Universidade Fernando Pessoa.

Aquando da entrevista, começámos por explicar os objetivos do estudo, tendo, seguidamente, facultado a cada participante a declaração de consentimento informado (Anexo B) e pedido um breve resumo do seu percurso académico e profissional, a fim se poder proceder a uma caracterização sociodemográfica mais completa de todos os participantes, recolhendo, dessa forma, a informação necessária para responder às questões colocadas na unidade 1 do guião de entrevista. Seguiram-se questões relativas ao desenvolvimento saudável de crianças, às diversas configurações familiares, às posições profissionais sobre a homoparentalidade, e sobre o que ainda é necessário ser feito nesta temática.

Cada entrevista possuiu a sua própria dinâmica, assim como a sua própria relação entrevistador-entrevistado. Com o participante 1 criou-se de imediato um ambiente agradável que levou a um maior à-vontade e a uma entrevista bastante fluida. Com o participante 2 este ambiente não se formou de forma tão imediata, mas foi-se

desenvolvendo com o decorrer da entrevista. Com a participante 3 foi a entrevista onde houve uma maior dificuldade de estabelecer esta dinâmica. Uma vez que esta entrevista não foi tão fluida e estas respostas dadas às questões colocadas eram mais rápidas e sucintas existiu uma necessidade de se colocar mais questões que nas restantes entrevistas eram respondidas de forma espontânea pelos entrevistados. Finalmente, com a participante 4 voltou-se a criar de forma imediata a dinâmica entrevistadora-entrevistado(a) pretendida. As questões foram respondidas de forma fluida e por vezes não existindo necessidade de se colocar algumas questões previstas no guião uma vez que foram respondidas de forma natural e voluntária pela entrevistada.

As entrevistas tiveram uma duração mínima de 22 minutos e uma máxima de 1 hora e 11 minutos. Recorreu-se à gravação áudio para registo das entrevistas à qual se seguiu a transcrição integral de cada uma, constituindo, deste modo o nosso *corpus* de análise. Esta análise foi efetuada através do método qualitativo, seguindo o modelo interativo de análise dos dados, proposto por Miles & Huberman (1994). Estes autores definem um modelo de interativo da análise dos dados em investigação qualitativa consistindo de três componentes de atividades concorrentes, designadamente: a) a *redução de dados*; b) a *apresentação de dados*; e c) a *verificação/interpretação das conclusões*.

A redução de dados é um processo contínuo de seleção do material compilado, que pode ocorrer antes, durante e após a recolha da informação, abrangendo, desde que se estabelece um campo de observação até à fase em que se decide proceder à codificação. Já a organização/apresentação dos dados é compreendida como a estruturação de um conjunto de informações pelo qual será possível retirar conclusões. Permite ao investigador uma melhor visualização dos dados, facilita a sua comparação, assiste na planificação de outras análises, e permite ainda a utilização direta dos dados

no relatório final. Existem vários modos de proceder à apresentação dos dados; no entanto, estes encontram-se agrupados em duas famílias: figuras ou gráficos e as matrizes ou quadros. A verificação/interpretação das conclusões entende-se como a fase da atribuição de significado através de criação de relações ou de configurações expressas em proposições ou modelos. Esta fase, assim como a anterior, podem ser realizadas durante ou após corpos de análise/recolha de dados (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2005).

No âmbito desta investigação, utilizaram-se matrizes conceptuais, apresentadas em anexo e classificadas de acordo com cada unidade de análise do guião de entrevista, onde as variáveis de análise são agrupadas segundo as suas ligações teóricas. De modo a proceder à interpretação e verificação de conclusões foi utilizada a técnica análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2014, p. 11), a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Esta técnica consiste de três etapas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento, inferência e a interpretação dos resultados. A primeira etapa é uma fase de organização do material, que assume como objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais de forma a desenvolver um esquema preciso para um plano de análise. Pode-se recorrer a vários procedimentos como a leitura flutuante, objetivos, hipóteses e elaboração de indicadores que alicercem a interpretação. A segunda etapa é uma fase mais longa e consiste essencialmente da codificação dos dados de acordo com as decisões previamente estabelecidas. Por fim, na terceira etapa ocorre o tratamento dos resultados de forma a que lhes sejam significativos e válidos (Bardin, 2014).

Capítulo IV – Apresentação e discussão de resultados

4.1. Introdução

Neste último capítulo pretende-se apresentar os resultados obtidos, no estudo empírico realizado, de acordo com os objetivos definidos para esta investigação. Propõe-se ainda, neste capítulo, a concetualização da análise crítica destes resultados num enquadramento teórico pertinente.

O objetivo geral deste estudo é mapear as configurações da homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde, sendo que foram delineados 5 objetivos específicos para a sua concretização.

Trabalhando os discursos obtidos através de entrevistas realizadas a profissionais das diversas áreas da psicologia, foram encontradas 5 grandes dimensões: o desenvolvimento saudável da criança, que engloba a satisfação das necessidades básicas, as regras, limites e promoção da autonomia e responsabilidade, assim como as situações a evitar; o lugar da família; as (im)possibilidades da educação de uma criança por uma família homoparental, que abrange os posicionamentos de abertura e aceitação, e os manifestos de reserva; a investigação em homoparentalidade; e finalmente, os desafios que ainda se colocam.

4.2. Para um desenvolvimento saudável da criança

4.2.1. Satisfação das necessidades básicas

No que concerne ao desenvolvimento saudável de uma criança foi possível discernir no discurso dos vários entrevistados que uma primeira dimensão fundamental seria asseverar as necessidades básicas da criança. Se entendermos como necessidades básicas não só as fisiológicas e de segurança, mas todas as necessidades encontradas na

pirâmide de Maslow, podemos verificar nas passagens discursivas seguintes que os entrevistados dão ênfase a necessidades diferentes. O entrevistado 1 ressalva a necessidade de existir equilíbrio e harmonia na vida da criança, tal como podemos constatar na passagem discursiva que se segue:

“(…) eu sei que posso ter uma ideia um bocadinho feita mas essa ideia do equilíbrio, de harmonia... é realmente fundamental.” E1

Já o entrevistado 2 entende, a propósito da mesma questão, ser fundamental que a família tenha condições económicas, afetivas e emocionais para que possa, de facto, ser capaz de promover o desenvolvimento saudável de uma criança.

“De facto, acho que são, muito importantes as condições económicas da família e as condições afetivas e emocionais do contexto nuclear e alargado.” E2

Tanto a entrevistada 4 como o entrevistado 2 consideram primordial que a criança tenha cuidadores, sejam eles família nuclear ou alargada. Salientam também que estes cuidadores devem ser cuidadores capazes, que não se esqueçam de si mesmos e que tenham as suas próprias condições de desenvolvimento satisfeitas.

“Acho que isso [o amor] é o mais importante. E por isso é preciso que ela [a criança] tenha cuidadores, pais e mães e avós, tios que, (...), não se esqueçam de si mesmos. Nós nunca podemos criar condições de desenvolvimento ao outro sem que as nossas também estejam satisfeitas (...) é importante que o cuidador esteja bem cuidado e que não se esqueça de si mesmo” E2

O entrevistado 1 fala também do papel da escola e dos professores na promoção de valores. Refere que este papel deve ser num modelo crucial de apoio-desafio, onde o aluno é desafiado a fortalecer os seus valores, mas sabe que se precisar tem disponível uma base de apoio onde se pode auxiliar.

“E depois a escola assume um papel fundamental. Os professores, o ensino [exercem um papel] crucial, também neste apoio-desafio. Aliás, é um modelo fundamental ao

longo da vida toda. A escola também é fundamental, promovendo esses valores de autonomia, valores de independência, de consciência crítica e de julgamento crítico.” E1

O mesmo entrevistado entende que também o grupo de pares, assim como o próprio contexto social em que a criança está inserida, é crucial para o seu desenvolvimento. É uma necessidade da criança estar inserida num contexto estimulante que a fortaleça e que a prepare para os desafios da vida.

“(…) e depois os próprio meios, e os próprios contextos sociais e o próprio grupo de pares, os amigos, em que a própria criança vai crescendo. Falta saber se é um contexto estimulante por isto tudo que lhe fui dizendo ou se é um contexto, por outro lado, que enfraquece e que é debilitante por esses questões estruturais e fundamentais para o desenvolvimento.” E1

No entanto, a generalidade dos entrevistados, dão principalmente ênfase ao amor e ao afeto partilhados com a criança, e como crescer num ambiente afetivo promove as suas competências para lidar com o futuro.

“Eu considero que o amor, tal como cada um de nós reconhece, é como uma espécie de vacina para a vida. Uma criança que seja gerada num contexto afetivo, seguro, de amor, organizado em termos de ambiente é, com certeza, um adulto com mais competências para lidar com as incertezas da vida.” E2

4.2.2. Regras, limites e promoção da autonomia e responsabilidade

Para além da salvaguarda das necessidades básicas foi possível encontrar uma outra dimensão importante para o desenvolvimento saudável de uma criança no discurso dos entrevistados. A necessidade de impor regras, limites e promover a autonomia e a responsabilidade faz parte do saber educar e transmitem segurança à criança, como afirma o entrevistado 2.

“Quando a criança sente que alguém lhe dá um limite ela sente-se mais segura porque um limite é um aconchego, isso é um limite.” E2

A entrevistada 3 ressalva que a colocação de regras e limites à criança, muitas vezes não colocados a medo de não ser afetivos, não denega de todo o afeto, mas de facto colabora para este.

“E o saber educar também passa por impor limites e regras. (...) o afeto também passa pelo impor limites e impor regras.” E3

Esta necessidade de impor regras e limites exerce ainda uma outra função, a de preparar a criança para aquilo que a sociedade espera de si. A entrevistada 4 entende que o estabelecimento de limites ajuda a desenvolver o sentido de responsabilidade e a resistência à frustração. Refere também que dentro destes limites a criança pode desenvolver a sua autonomia, que será mais tarde exigida pela sociedade. Tais limites e regras devem ser adaptados sempre à sua idade e serem colocados a par da demonstração de afeto.

“Mas um dia o seu percurso será para ele também poder fazer as suas próprias opções, as suas escolhas. É claro que poderá contar com o pai e a mãe mas fazer também o seu percurso autónomo que deve ter um investimento grande em termos de afeto, mas ao mesmo tempo essa ligação tem que ter também regras e limites para haver momentos onde é transmitido que existem valores que não poderá ultrapassar. Tem que desenvolver um sentido de responsabilidade para poder integrar-se numa sociedade onde depois lhe serão exigidas regras e terá de resistir a frustrações que poderão surgir, vai ter de ser autónoma e muitas vezes desenvolver por ela certas competências. Para isso tem de se estabelecer quais são os limites e ir começando a conseguir com que a criança interiorize por ela e depois gradualmente começando a dar mais autonomia mas sempre numa perspectiva que os limites se vão alterando conforme as idades mas sempre com estes ingredientes presentes: o afeto e a criação de regras.” E4

4.2.3. Situações a evitar

Uma última dimensão identificada nos discursos e que contribui para um desenvolvimento saudável da criança trata-se das situações que devem ser evitadas. Uma dessas situações, como refere o entrevistado 2, é a necessidade de que todas as etapas do desenvolvimento sejam alcançadas passo a passo, sem pressionar a criança.

“Portanto é importante que haja um equilíbrio, que simultaneamente haja todo o cuidado no desenvolvimento, não é no desenvolvimento é nas respostas às necessidades afetivas da criança e, obviamente, as necessidades básicas da alimentação, das rotinas do sono, a escola, o contacto com o estranho fora da família, portanto que todas essas etapas sejam feitas passo a passo. [É ainda importante que] não se aldrabe numa tentativa de a criança ir mais cedo para a escola, numa tentativa de dar brinquedos à criança que não são para a sua idade só porque achamos que o nosso filho é mais esperto que os outros, não sobre estimular a criança com conteúdos cognitivos, não esperar que ela avance etapas ou salte etapas do desenvolvimento antes de ela própria ter não só as competências comportamentais mas afetivas.” E2

Este mesmo entrevistado consegue ainda identificar uma outra situação que deve ser evitada: as expectativas utópicas depositadas na criança. Alude a que a criança não seja vista como um reservatório de esperanças e expectativas irrealistas, às quais a criança não tem a capacidade de sustentar.

“(…) e é importante também que a criança não sinta que é a esperança da família. O depósito de expectativas que depois ela própria não aguenta e não consegue gerir.” E2

4.3. O lugar da família

4.3.1. Um lugar privilegiado

No que refere ao lugar da família surge primeiramente uma questão importante. Quando se usa o termo família de que se está a falar especificamente? Fala-se da dita família biológica ou das figuras de vinculação de uma criança, tenham estas ligações genéticas ou não. A entrevistada 3 aponta esta questão.

“A família é ... eu não lhe colocaria família. Não lhe daria esse nome. Daria antes figuras securizantes e figuras de vinculação. Fossem elas quais fossem, pode ser família ou pode não ser família.” E3

Entendendo como família estas figuras de vinculação foi possível discernir no discurso dos entrevistados o quão fundamental e determinante é o seu papel para uma criança, como expõe a entrevistada 3.

“No processo educativo são muitas [funções], porque é a quem a criança está efetivamente ligada. É essa figura de vinculação que vai construir todo este processo de desenvolvimento da criança e de edificação da criança e vai acompanhar todo este processo. Por isso é fundamental.” E3

Deste modo, a família possui uma oportunidade única, a de assumir um lugar privilegiado na vida da criança. A entrevistada 4 explana como no contexto de uma família capaz a criança pode usufruir de cuidados mais especializados e individualizados às suas próprias necessidades.

“Pode ter cuidados mais individualizados, pode ter uma atenção muito centrada na própria criança, dar resposta às suas necessidades de uma forma mais atenta para estar mais protegida, há uma atenção que é dada mais constante e mais fácil de manter em número mais pequeno que é mais fácil de saber se a criança está a crescer bem.” E4

Infelizmente, nem todas as crianças têm a sorte de nascer em famílias capazes e nesses casos a alternativa muitas vezes passa pela sua institucionalização. No entanto, pelas suas próprias características estes meios alternativos, que existem na nossa sociedade para crianças em risco, não têm a capacidade para dar uma resposta tão adequada como uma família capaz possui.

“Numa instituição, pode até ser uma instituição de tamanho mais reduzido, pode-se pensar numa instituição mais pequena, mais parecida com o tamanho que uma família tem. [Contudo], é sempre diferente duma instituição que, pelas suas características, pode ter funcionárias diferentes ao longo do desenvolvimento da criança. Vai ter de ser uma organização própria onde há turnos, onde há mudanças e o que é importante é que a criança vai ter menos facilidade de criar vínculos com uma determinada pessoa, porque num dia inteiro será muito difícil serem as mesmas pessoas a cuidar dela. (...) Se ela estiver num centro de acolhimento será uma profissão e as pessoas podem estar a desenvolver bem a sua profissão mas os laços afetivos que serão criados serão diferentes.” E4

Este facto vem corroborar o lugar essencial que a família exerce no desenvolvimento da criança. Esta tem a oportunidade privilegiada de criar laços afetivos

essenciais à criança de uma forma muito mais facilitada, podendo responder melhor às suas necessidades.

“(…) essa família tem por um lado a possibilidade de criar vínculos afetivos com esta criança, genuinamente afetivos, portanto não tendo os problemas de uma situação mais profissional. Poderão cuidar dela de uma forma contínua, poderão dar-lhe aquilo que ela necessita, poderão criar determinados limites e regras que são fundamentais para o desenvolvimento de uma criança.” E4

O grande desafio da família é funcionar sempre num modelo de apoio *versus* desafio. Este modelo permite à criança explorar o mundo que a rodeia, promovendo a autonomia e a independência, mas salvaguardando sempre um porto seguro onde a criança, se necessitar, se pode refugiar.

“E depois fazer um misto que acho que é fundamental e é o grande desafio da família que é, por um lado, ser porto seguro ou seja *se necessitates estamos cá, aquilo que necessitates conta conosco*, mas também ao mesmo tempo criar condições estimulantes para a pessoa ter o desafio suficiente para começar a explorar outros contextos de vida, ou seja aos poucos ir promovendo uma autonomia. Este misto, este desafio *versus* apoio não é muito fácil, porque aquilo que nós temos é famílias ou que são demasiado apoiantes e são demasiado responsivas, não dando qualquer espaço ou liberdade para a criança explorar o meio à sua volta, ou então também temos aquelas que é independência, independência e, se for preciso ou tiver alguma dificuldade e ser o tal porto seguro, não estão lá, não é?” E1

É este equilíbrio que não é muito fácil de alcançar e principalmente de manter. No entanto, como afirma o entrevistado 1, compete à família estabelecer as condições necessárias para o seu crescimento.

“Mais uma obrigação da família: criar condições de bem-estar e equilíbrio para o desenvolvimento e crescimento da família.” E1

Desta forma, a família pode ser a base que sustenta o crescimento saudável de uma criança ou acabar por ser um agente desestruturante para esta.

“Ou seja, a família aqui pode ser estruturante como desestruturante. Pode criar aqui, digamos, pode começar a criar, a semear, situações, valores que sejam, de facto,

fundamentais para o seu crescimento adaptado e saudável ou, pelo contrário, pode estar realmente a criar situações que mais tarde se venham a demonstrar como, não diria determinantes mas como muito influenciadoras de comportamentos desviantes, de comportamentos antinorma, antirregra.” E1

4.4. A educação de uma criança por uma família homoparental

4.4.1. Posicionamentos de abertura e aceitação

No que diz respeito aos posicionamentos face a homoparentalidade, é possível observar que existe, por parte de todos os entrevistados, uma atitude de abertura e aceitação.

“Eu diria que qualquer família seja ela monoparental, recomposta, de adoção ou homoparental, aqui a estrutura da família é o que menos importa. Ou seja, se é só um elemento, se é elementos com núcleos diferentes, ou seja, com núcleos que vêm de famílias que se casaram e entretanto divorciaram-se e se recompuseram, seja de famílias de adoção, sejam de famílias tidas intactas, essa estrutura, a composição será menos importante. (...) A família funciona? Ou seja, consegue assegurar aos seus elementos as necessidades mais básicas, já Maslow falava, as fisiológicas, as de segurança, as sociais, às várias partes? Se sim tudo bem.” E1

“O que me pergunta é como vejo essa possibilidade. Vejo como uma outra família. Penso que estes ingredientes de que falei, que são importantes existirem também nestas famílias, da forma como devem existir em qualquer família.” E4

“Eu acho que de todas aquelas que podem estar em maior risco, em termos do desenvolvimento e do impacto, são as monoparentais. Isto porque as mulheres e os homens que estão sozinhos a cuidar do desenvolvimento de uma criança estão mais sujeitos a fatores de stresse, internos e externos. (...) Depois entre as homossexuais e as heterossexuais as questões são muito semelhantes.” E2

No entanto, é importante salientar a experiência profissional, ou falta dela, que estes profissionais têm com famílias homoparentais. Aqui é possível encontrar dois entrevistados que ainda não encontraram na sua prática clínica famílias com este tipo de estrutura (entrevistados 1 e 3) e dois entrevistados que já tiveram este tipo de experiência (entrevistados 2 e 4).

“Abertamente, não. Com sinceridade, não. Alguém que venha bater à porta do meu gabinete dizer que se encontra nessa situação, que se sente bem ou mal nessa situação ou algum professor que me tenha encaminhado... não, realmente não.” E1

“Já, já encontrei. Já fiz terapia de casal com casais homossexuais. Não tinham filhos e já tive também, estava aqui a pensar, já tive e tenho neste momento algumas pessoas que têm uma configuração diferente, são homossexuais mas que estão em união heterossexual. E2

“Não. Não tenho nenhum casal homossexual com crianças.” E3

“Sim. Já tive experiência com famílias com esse tipo de funcionamento e com essas características e tinham as mesmas dificuldades, os mesmos problemas ou potencialidades que têm outras.” E4

4.4.2. Manifestações de reserva

Apesar da visão positiva apresentada face à homoparentalidade é importante referir que também foram apresentadas algumas reservas. O preconceito social, apesar do esforço desenvolvido no sentido de minorá-lo, ainda é visto como uma das grandes dificuldades com que uma família homoparental pode deparar-se.

“Agora há uma questão à qual não podemos fugir que são precisamente os preconceitos, a pressão, os estereótipos sociais. Nós não estamos preparados, nem a escola em que me incluo, nem os professores, nem os assistentes operacionais, nem os diretores das escolas. Toda a comunidade não está preparada para ver de forma positiva e, sobretudo, não de forma etiquetada e rótulo negativo uma criança a crescer no meio de uma família homoparental, quer seja ela com duas mulheres ou dois homens. Não está. Não está e ainda estamos longe disso.” E1

“(...) o grande medo [mais ou menos generalizado, em particular no senso comum] será que uma criança educada no contexto de uma família homoparental irá ser no futuro homossexual? Quando a maioria dos homossexuais viveram em famílias heterossexuais. Há pouquíssimas experiências de homossexuais, tanto homens como mulheres, que tenham vivido as suas infâncias num contexto de famílias homossexuais, há pouquíssimas. De facto eles viviam no contexto do modelo dito tradicional.” E2

Este preconceito faz com que estas famílias possam sentir ainda a necessidade de se esconder da sociedade.

“Não há... mecanismos, não estão criadas situações em que essas famílias se possam expor normal e naturalmente como outra família pode porque, naturalmente, eles iam sentir que iam ser rotulados, discriminados, e ia ser-lhes apontado o dedo como não beneficiando o crescimento daquele filho ou filha, mas, pelo contrário, estando a prejudicar porque, volto a dizer, a sociedade considera sempre melhor a presença de um elemento do sexo contrário.” E1

Mas ainda pior do que se esconderem da sociedade é sentirem que têm de se esconder da sua própria família alargada. É essencial que a relação conjugal do casal não seja segredo, que esteja bem integrada na sua família alargada, principalmente quando uma criança partilha da situação. A criança não pode, de forma nenhuma, ser chamada a participar de um segredo que a própria não tem as competências necessárias para saber gerir.

“É importante que o par conjugal, os dois homens ou as duas mulheres, tenham... que isto não seja um segredo. Que a orientação sexual deles não seja um segredo, que seja algo que esteja bem integrado em termos da família alargada para que aquela criança não vá ser convocada para um segredo que depois passa de dois a três. Isto é que é muito perigoso. (...) Nós não temos que andar a contar a nossa vida em praça pública, mas quando fala dos laços de família, do desenvolvimento, é importante que haja transparência. Acho que é importante haver estas condições, que não haja segredo, que a relação esteja bem integrada, integrada não significa que gostem deles ou delas, integrada é que saibam, que digam que vivem em união de facto, que são casados ou casadas, para que a criança possa ser recebida também de uma forma livre, para que todos saibam “este é meu pai e aquele também é meu pai”. E2

O entrevistado 2 acrescenta uma situação diferente. Este entende que o combate ao preconceito social tem, de facto, evoluído e que em grandes centros urbanos como o Porto a questão já não é um problema e aponta para um outro tipo de preconceito, a homofobia internalizada, acreditando que esta é o maior obstáculo à homoparentalidade.

“Hoje em dia talvez a gente já esteja num patamar em que esse olhar já não é o mesmo. As pessoas já querem lá saber. Em meios urbanos como o Porto em que é possível ver dois homens abraçados e a beijarem-se à noite, sobretudo à noite, as pessoas não querem saber. (...) Agora, obviamente, se a família está inscrita, inserida num contexto social muito homofóbico e em que isto se traduz num impacto grande na vida da criança

ou na escola “ah porque o teu pai é este ou a tua mãe é aquela (...) É importante, mas acho que muitas vezes o preconceito é interno. Também há dos outros, mas penso eu que é maioritariamente interno.” E2

Existe ainda a conjuntura legal portuguesa que não consegue proteger estas famílias. Existem cada vez mais famílias nesta situação e ainda não são visíveis a nível legal e judicial. Esta invisibilidade vem apenas prejudicá-las uma vez que não têm acesso a ajudas e serviços que outro tipo de famílias tem.

“(...) temos também cada vez mais famílias nessa situação e são ainda muito invisíveis em termos sociais porque em termos legais não existe ainda um enquadramento por exemplo em termos das responsabilidades destes pais não há essa possibilidade ao nível do tribunal. Por isso isto também contribui para a invisibilidade, as pessoas não chegam ao sistema, não chegam aos tribunais.” E4

“O que é mau, é muito mau porque acabam por não ter os mesmos apoios, acabam por não ter tanta ajuda de técnicos e serviços como teriam uma família dita normal.” E1

4.5. A investigação em homoparentalidade

4.5.1. Entre a aceitação e a resistência

A investigação em homoparentalidade tem mostrado quase que um consenso em como esta não prejudica o desenvolvimento da criança. Contudo, a posição dos profissionais ainda está longe de o ser. No que concerne esta questão são apontadas várias dimensões. A primeira delas é o ser humano, com os seus próprios preconceitos e estereótipos, por detrás do profissional. Os entrevistados compreendem que por detrás de cada profissional existe um ser humano que, forjado pela própria sociedade, pelo próprio contexto em que cresceu e em que vive, possui os seus próprios preconceitos e estereótipos e que a nível pessoal pode estar mais ou menos recetivo a alterá-los.

“O que me parece que há aqui é que antes de profissionais nós temos pessoas, tivemos uma educação com determinados valores, com determinado passado e portanto a sociedade com a sua forma de pensar educou estas pessoas.” E4

“(…) Ou seja, eu perceber que tenho todo o direito como pessoa a ter os meus estereótipos, os meus preconceitos, todos temos, mas se há, e há, como disse e bem como um suporte empírico, um suporte científico que mostre que realmente não é por as famílias terem estruturas diferentes da chamada tradicional que se compromete o desenvolvimento da criança, então eu tenho que assumir isso e vincular na minha prática os resultados que as investigações de forma consistente mostram e não propriamente chamar à minha intervenção o que a pessoa antes do profissional pensa que é, sente ou deseja. (…) Portanto, saber distinguir, não é fácil, sabemos, porque é a mesma pessoa. O profissional tem o ser humano atrás. Antes de ser profissional e ter uma determinada função e um determinado papel, já era uma pessoa com valores, com interesses, com expectativas... não é fácil mas também acho que é isso que distingue um bom e um mau profissional.” E1

Uma segunda dimensão é a necessidade dos eventuais preconceitos dos profissionais não prejudicarem a avaliação e intervenção psicológicas.

“O que acontece muitas vezes é que aparece um homossexual ou uma homossexual que tem uma perturbação, imagine uma perturbação de personalidade que é uma coisa que aparece em toda a gente. Quantos heterossexuais não têm uma perturbação de personalidade e às vezes o que nós percebemos e aí aparece um bocado o preconceito é quando a perturbação da personalidade é acoplada ou subsidiária pela orientação sexual.” E2

Isto não pode acontecer, não se deve admitir juízos de valores ou diagnósticos sem estes serem devidamente baseados por um suporte empírico.

“E não se deve admitir estes juízos de valor sem serem baseados em investigações, esta forma de pensar com determinados valores que têm a ver com valores pessoais em termos profissionais pode prejudicar o trabalho com aquelas pessoas.” E4

Finalmente, sobre uma última dimensão, a investigação e o perigo de enviesamento.

“Todos cientistas estão sujeitos a enviesamento. Nós quando fazemos ciência temos é de controlar um conjunto de variáveis para que o enviesamento seja o mínimo possível.” E1

Se todos os investigadores estão sujeitos a enviesamento, então este perigo é algo que afeta tanto investigadores a favor da homoparentalidade e contra.

“Eu acho que perigo de enviesamento é de um lado e de outro. Se eu sou filiado, se eu tenho uma convicção religiosa forte, às tantas a forma como eu vou olhar para os dados vai ser condicionada pelas minhas convicções. Não é fácil fazer estudos completamente neutros. Agora o maior e melhor estudo que nós temos é a experiência de quem já passou e a evidência o que nos diz” E2

Cabe a cada investigador controlar as variáveis que podem enviesar o seu estudo e se este estudo estiver bem feito não se pode contestar os seus resultados.

“Se o estudo está bem feito não se pode atacar. O autor do estudo não modifica os dados, não é o autor que faz com que os dados sejam de uma determinada forma ou de outra, eles são o que são. Portanto, eu penso que esse argumento é um argumento bastante comum quando as pessoas querem desvalorizar as conclusões a que chega e as quais não concordam.” E4

4.6. Desafios

No que concerne aos desafios que ainda se colocam nesta área os entrevistados referem os desafios que se colocam a vários grupos. Aos técnicos e profissionais cabe mostrar com investigações e sensibilizar para não só as questões da homoparentalidade, mas as mais variadas áreas da sexualidade.

“(…) o que é que nós técnicos podemos fazer? Podemos mostrar com testemunhos, com os estudos que falou, com exemplos, com campanhas de sensibilização e mais, uma escola pode fazer parcerias com centros de saúde, com outros técnicos, com câmaras municipais, com juntas que estão mais próximas da população em termos políticos e realmente passar esta ideia, que é uma ideia realmente consistente e científica, que realmente existe, nada tem de prejuízo e vamos assumir para que também em casos que precisem de apoio, como qualquer outra família, estar a comunidade aberta a receber e integrar naturalmente essas famílias. Portanto, a nível da escola o desmistificar, o esclarecer torna-se fundamental. (...) E cabe a nós psicólogos, em nome da escola, já que sensibilizamos para áreas da sexualidade, já que sensibilizamos para as questões do *bullying*, tudo isto são discriminações devemos começar a sensibilizar para uma realidade que é esta. Que está a ser pouco falada mas que realmente existe.” E1

Compete também despir os preconceitos e crenças de forma a tornar-se melhores profissionais.

“É preciso criar a consciência de que é uma realidade. É preciso criar a consciência de que existem muitos estudos que demonstram que não há realmente qualquer prejuízo, muito pelo contrário, no desenvolvimento da criança se a família for homoparental. E os profissionais despirem os seus naturais preconceitos e crenças, naturais na pessoa mas que já não são naturais dos profissionais que intervêm.” E1

As Associações podem ajudar a fazer um trabalho pedagógico com a sociedade e defender os direitos destas pessoas.

“Portanto deve ser feito um trabalho pedagógico, acho que a sociedade, em geral deve ser muito trabalhada, acho que as pessoas que estão ligadas a associações mais destas áreas e que podem não ser pessoas homossexuais mas que defendam esses direitos que devem ter em atenção que há um trabalho com a sociedade e acho que devem fazer também uma perspectiva pedagógica de luta dos seus direitos, que não têm de baixar os braços, que devem criar leis e tentar lançar projetos de lei, com discussões saudáveis, com investigações como base, mas que devem continuar a fazer este trabalho.” E4

Quanto à legislação e agentes legislativos é possível verificar duas visões diferentes. O entrevistado 2 acredita que têm existido grandes mudanças num curto espaço de tempo e que é preciso tempo para as consolidar.

“Tivemos grandes mudanças. Acho que agora era importante consolidar essas mudanças e talvez daqui a meia dúzia de anos voltar a pensar nisto [a adoção por parte de casais do mesmo sexo] e propor novas opções. Mas que vão acontecer. Serão inevitáveis, não tenho dúvida nenhuma.” E2

Os outros entrevistados têm uma visão mais urgente. Acreditam que ainda há muito a fazer a este nível e que as mudanças necessárias devem ser o mais breve possível para poderem realmente proteger aquelas famílias que já existem.

“E efetivamente continuar a fazer-se alguma pressão política neste sentido, de implementar legislação que vá de acordo e no respeito pela igualdade. (...) É preciso aprovar a legislação que foi proposta. Essa e muito mais. Há muita coisa dentro da legislação que tem efetivamente que ser revista, quer a possibilidade de adoção por casais homossexuais, que não é e é completamente absurdo que uma pessoa possa adotar mas um casal não possa e até acho de alguma forma um bocadinho perverso. Porque quem é que nos diz que uma pessoa sozinha seja melhor que duas juntas, também não sei muito bem. Mas não é só isso, não é, em termos da legislação não é só

as questões da homoparentalidade. Há muitas outras questões em termos da sexualidade que também são pertinentes. É, por exemplo, não tanto na homoparentalidade mas vai lá ter, que é por exemplo uma pessoa que seja homossexual ou lésbica não possa fazer procriação medicamente assistida. Por que não? Por isso a legislação não tem só a ver com a adoção de crianças. Também tem a ver com muitas outras questões associadas às questões da homossexualidade que continuam a não abordar, a não questionar.” E3

“Portanto a lei deve ajudar a tornar estas pessoas mais visíveis, deve ajudar a proteger as crianças permitindo que elas tenham acesso às mesmas coisas que têm as outras crianças. (...) Portanto, também a lei aí tem de ser, de facto, para todos e tem de existir. Mas a forma como ela é lida, como é usada por estes profissionais formados, a polícia, os tribunais, os psicólogos, os assistentes sociais, os educadores, as pessoas que lidam com esta problemática devem ser alvo de mais formação. (...) eu acho que a legislação é fundamental para que haja maior aceitação social. Não é se calhar suficiente, mas é necessária, é fundamental.” E4

A entrevistada 4 fala ainda dos desafios colocados aos investigadores, afirmando que é fundamental continuar a fazer investigação neste tema.

“Acho que estes estudos, que as investigações são fundamentais. E deve continuar-se a fazer mais estudos, mais investigação com pessoas que tenham interesse em explorar este tema. Acho que é realmente importante porque são os factos.” E4

O entrevistado 2 refere ainda a importância de dar voz àqueles que, por experiência própria, conhecem melhor que ninguém, as vivências numa família homoparental.

“(...) acho que é importante dar voz àqueles adolescentes, sobretudo, ou até adultos que viveram em situações de homoparentalidade.” E2

4.7. Discussão

A abordagem ecológica desenvolvida por Bronfenbrenner tem sido utilizada para a compreensão dos processos evolutivos e os diversos fatores que influenciam o desenvolvimento humano. Nesta abordagem, o indivíduo está em interação constante, bidirecional e dinâmica com o meio onde se integra. Este meio, entendido por Bronfenbrenner como ambiente ecológico, consiste num sistema de estruturas

agrupadas, independentes e dinâmicas. Dividindo-se em dois níveis, o primeiro denominado microssistema, relaciona-se com o impacto das influências proximais, ambientais e orgânicas, que provêm do interior do indivíduo, das suas características físicas e de objetos do ambiente imediato; o segundo nível, o mesossistema, refere-se à interação entre os diversos microssistemas nos quais uma criança se desenvolve (Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

Todas as crianças têm a necessidade e o direito a serem cuidadas, a terem condições de segurança e a estabilidade social (Perrin, Siegel, & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, 2013). Os entrevistados desta investigação vão de encontro a esta ideia. Identificam que para uma criança ter um desenvolvimento saudável é necessário que esta possua equilíbrio e harmonia na sua vida; que tenha cuidadores capazes; que a família tenha condições económicas, afetivas e emocionais; que a escola e o grupo de pares onde se encontra ajudem na transmissão de valores e na exploração do contexto onde vive; e acima de tudo que tenha afeto.

Compete à família, biológica ou não, criar condições favoráveis que forneçam à criança todas estas necessidades, assim como impor regras e limites, e promover a autonomia e a responsabilidade.

Compreender a família como figuras de vinculação remete para a teoria da vinculação de Bowlby, inicialmente criada em 1958 e progressivamente enriquecida no decurso de 20 anos. Esta teoria, segundo Montagner (1993, p. 23) “visa a compreensão do fenómeno pelo qual o bebé e a mãe (ou a mãe substituta) estabelecem entre si laços seletivos e privilegiados”.

Este sistema de vinculação, do ponto de vista evolutivo, possui uma vantagem seletiva, a possibilidade de proximidade que permite manter das figuras adultas

protetoras é vantajosa para a evitação dos perigos do meio ambiente. Isto é possível devido ao comportamento de vinculação. O comportamento de vinculação refere-se a tudo o que favorece esta proximidade, concedendo uma sensação de segurança à criança. Estes comportamentos aparentam ser de natureza inata, tendo como função ligar a criança à figura de vinculação e a figura de vinculação à criança (Guedeney & Guedeney, 2004).

Mas, para que a proximidade e o contacto, indispensáveis à sobrevivência do recém-nascido, se efetuem, é necessário que o adulto responda rapidamente e de forma adequada aos comportamentos de vinculação do recém-nascido, que teriam o valor de sinais específicos (Montagner, 1993, p. 26).

No entanto, nem todas as famílias são famílias capazes de estabelecer uma vinculação segura e a alternativa para uma criança em risco é ser institucionalizada. Apesar de todas as vantagens que as instituições apresentam para as crianças em risco, em particular para aquelas que não possuem outra alternativa é preferível, para um desenvolvimento saudável, viver num núcleo familiar, inclusive com uma família homoparental (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013). Os profissionais entrevistados assumem a mesma posição, concordando que uma família é o melhor contexto que uma criança pode ter para ter um bom desenvolvimento, mesmo que este contexto seja homoparental.

Segundo a Wainright, Russell & Patterson (2004), assim como Wainright & Patterson (2008), e ainda González et al. (2003), entre outros autores, as crianças e jovens educados no contexto de homoparentalidade apresentam um desenvolvimento cognitivo, psicológico, emocional e social saudável. Alíás, tão saudável como as crianças e jovens de famílias heterossexuais.

As evidências científicas sugerem a não existência de uma base científica que afirme que indivíduos homossexuais não são capazes de educar crianças e jovens bem-ajustados; que não sejam bons pais apesar da sua orientação sexual; ou que existam diferenças significativas na forma como mulheres ou homens homossexuais e heterossexuais na sua abordagem na educação de uma criança ou na sua capacidade parental e de promover condições favoráveis ao desenvolvimento saudável da criança. Estas evidências apontam para que decisões importantes para a vida de menores sejam tomadas de acordo com a qualidade das relações com os pais e não com a orientação sexual destes (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013).

Os entrevistados apenas alertam, todavia, para algumas situações a ter em atenção, nomeadamente, que a relação conjugal esteja bem integrada na família alargada, para que a criança possa ser bem recebida e não seja chamada a participar de um segredo para o qual não tem competências para gerir; para um possível preconceito social ou interno; e, finalmente, para uma conjuntura legal que ainda não protege este tipo de famílias.

Um outro aspeto relevante está relacionado com as atitudes dos vários profissionais em relação à homoparentalidade. Como referido, uma das dimensões que concerne esta questão é o ser humano, com os seus próprios preconceitos e estereótipos, por detrás do profissional. No entanto, esta dimensão alude ao código deontológico dos psicólogos, ao princípio geral B – integridade, que estipula que:

Os/as psicólogos/as devem ser fiéis aos princípios de atuação da profissão promovendo-os de uma forma ativa. Devem prevenir e evitar os conflitos de interesse e, quando estes surgem devem contribuir para a sua resolução, atuando sempre de acordo com as suas obrigações profissionais. (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2011, p. 14)

Desta forma, é dever de um profissional, colocar de parte os preconceitos, crenças e estereótipos que possa ter e se existir suporte científico, como parece existir, que demonstre que a homoparentalidade não influencia o desenvolvimento saudável de uma criança, estes preconceitos têm que ficar fora da sua prática clínica.

Uma outra dimensão, ainda relacionada com a mesma questão, é a necessidade destes eventuais preconceitos não prejudicarem a avaliação psicológica. Esta é uma dimensão que se refere ao princípio específico 4 – avaliação psicológica. Não se deve admitir juízos de valores ou diagnósticos sem estes serem devidamente baseados por um suporte empírico.

Uma última dimensão é a investigação e o perigo de enviesamento, que alude para o princípio específico 7 – investigação.

No contexto da investigação científica pode acontecer que o desejo legítimo de querer saber mais e de aumentar os conhecimentos entrem em conflito com valores humanos e sociais também eles legítimos. Isto é especialmente pertinente uma vez que são os/as psicólogos/as que procuram o participante, pelo que o respeito pela autonomia se assume como princípio central. Os/as psicólogos/as, enquanto investigadores, têm em conta o princípio geral da beneficência e não-maleficência, que os levam a colocar em primeiro lugar o bem-estar dos participantes nas investigações, e o princípio geral da responsabilidade social no sentido da produção e comunicação de conhecimento científico válido e suscetível de melhorar o bem-estar das pessoas. (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2011, p. 28)

Compete a cada investigador controlar as variáveis que podem enviesar o seu estudo, procurando asseverar que estes são efetuados de acordo com os princípios de integridade científica. Argumentos sobre um possível enviesamento dos resultados positivos nos estudos sobre a homoparentalidade têm sido utilizados para obstruir alterações legais. No entanto, os investigadores não forjam resultados, ou os manipulam ou apresentam de forma seletiva, estes apresentam resultados verdadeiros, ainda que sempre provisórios, que devem ter sido salvaguardados de qualquer enviesamento. É

necessário verificar se o estudo está de veras bem realizado, e se o estiver não se pode contestar os seus resultados.

Conclusão

Na presente investigação foi possível mapear as configurações da homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde através dos discursos de diversos profissionais com formação em psicologia clínica e da saúde e trabalharem em diferentes contextos profissionais (e.g., hospital central, clínica privada, escola).

Os resultados obtidos sugerem, em resposta ao primeiro objetivo específico definido, a) *Identificar as dimensões consideradas fundamentais para um desenvolvimento saudável de uma criança*, oito aspetos importantes a considerar: i) *a necessidade de equilíbrio e harmonia*; ii) *a necessidade de cuidadores capazes*; iii) *a necessidade de pertencerem ao seio de uma família com condições económicas, afetivas e emocionais*; iv) *a necessidade de terem uma escola e um grupo de pares que ajudem na transmissão de valores e na exploração do contexto onde vive*; v) *a necessidade de lhe serem impostas regras e limites, e promovida a autonomia e a responsabilidade*; vi) *necessidade de que todas as etapas do desenvolvimento sejam alcançadas passo a passo, sem pressionar a criança*; vii) *a necessidade de não serem um depósito de expectativas irrealistas*; e, finalmente, mas possivelmente a mais importante, viii) *a necessidade de terem afeto*.

No que refere ao segundo objetivo específico, b) *Explorar o lugar da família no lugar do desenvolvimento saudável da criança*, os entrevistados entendem que a família, vista sempre como as figuras de vinculação da criança, tem um lugar fundamental no seu desenvolvimento. Esta possui a oportunidade única de assumir um lugar privilegiado na vida da criança, onde pode, mais facilmente, responder às suas necessidades. Os entrevistados defendem que uma família, biológica ou não, hétero ou

homoparental, é o melhor contexto para uma criança poder crescer e desenvolver-se de forma segura e equilibrada.

Em resposta ao terceiro objetivo, c) *Indagar as (im)possibilidades da educação de uma criança por parte de uma família homoparental*, os resultados apontam para uma aceitação da homoparentalidade, deste que: i) *a relação conjugal esteja bem integrada na família alargada*, ii) *que a criança não seja chamada a participar de um segredo para o qual não tem competências para gerir*; iii) *que estejam preparados para um possível preconceito social ou interno*; e finalmente, iv) *apontam para uma conjuntura legal que ainda não as protege*.

No que refere ao quarto objetivo, d) *Explorar os vários posicionamentos relativos aos estudos realizados no âmbito da homoparentalidade*, os resultados sugerem ainda a necessidade de uma permanente e cuidada observação dos princípios éticos e deontológicos consagrados no código deontológico dos psicólogos portugueses, de forma a evitar perceções da realidade e atuações profissionais pautados pelo preconceito e a homofobia internalizada.

Finalmente, em relação ao último objetivo, e) *Perscrutar os diversos desafios colocados no âmbito da homoparentalidade*, os resultados reforçam a necessidade da disseminação das evidências científicas mais recentes em torno da homoparentalidade.

Importa referir a limitação desta investigação, apenas foram entrevistados profissionais que detinham uma visão favorável face à homoparentalidade, seria importante de futuro entrevistar também profissionais que sustentam outro tipo de posicionamentos.

Em suma, esta é uma temática que tem vindo a adquirir uma maior visibilidade social, no entanto, está longe de ser consensual. Desta forma, torna-se fundamental

compreender a perspectiva dos profissionais que, no âmbito da sua atividade, interagem com estas famílias ou podem vir a fazê-lo, possuem. É essencial que estas áreas profissionais sejam isentas de preconceitos e estereótipos em relação à temática.

Referências Bibliográficas

- Amazonas, M. C., Veríssimo, H. V., & Lourenço, G. O. (2013). A adoção de crianças por gays. *Psicologia & Sociedade*, 25, 631-641.
- Anderssen, N., Amlie, C., & Ytteroy, E. (2002). Outcomes for children with lesbian or gay parents. A review of studies from 1978 to 2000. *Scandinavian Journal of Psychology*, 43, 335-351.
- Bailey, J. M., Bobrow, D., Wolfe, M., & Mikach, S. (1995). Sexual orientation of adult sons of gay fathers. *Developmental Psychology*, 31, 124-129.
- Bardin, L. (2014). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Bos, H., & van Balen, F. (2008). Children in planned lesbian families: Stigmatization, psychological adjustment and protective factors. *Culture, Health and Sexuality*, 10 (3), 221-236.
- Cascais, A. F., Santos, A. C., Amaral, A. L., Barreira, C., Rayner, F., Moita, G., . . . Tavares, T. (2004). *Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e queer*. Lisboa, Fenda edições.
- Clarke, V. (2001). What about the children? Arguments against lesbian and gay parenting. *Women's Studies International Forum*, 24, 555-570.
- Corraze, J. (1992). *A Homossexualidade*. Porto, Rés Editora.
- Côrte-Real, C. P. (2006). Homoparentalidade: Uma perspectiva jurídica. In: E. F. (Ed.), *Actas do encontro sobre homoparentalidade* (pp. 31-37). Lisboa, 3 de Julho 2004: Lisboa: ISPA.

- Costa, P. A., Caldeira, S., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H., & Leal, I. (2013). Atitudes da população Portuguesa em relação à homoparentalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 790-798.
- Costa, P. A., Pereira, H., & Leal, I. P. (2012). Homoparentalidade: o estado da investigação e a procura de normalização. *Psicologia*, 26(1), 55-69.
- Crowl, A., Ahn, S., & Baker, J. (2008). A meta-analysis of developmental outcomes for children of same-sex and heterosexual parents. *Journal of GLBT Family Studies*, 4 (3), 385-407. DOI: 10.1080/15504280802177615.
- D'Emílio, J. (1992). *Making trouble: Essays on gay history, politics, and the university*. New York, Routledge.
- Drimmelen-Krabbe, J., Ustun, T., Thompson, D., l'Hours, A., Orley, J., & Sartorius, N. (1994). Homosexuality in the International Classification of Diseases: A clarification. *Journal of the American Medical Association*, 1660.
- Farr, R., Forssell, S., & Patterson, C. (2010). Parenting and child development in adoptive families: does parental sexual orientation matter? *Applied Developmental Science*, 14 (3), 164-178. DOI: 10.1080/10888691.2010.500958.
- Flaks, D., Fichter, I., Masterpasqua, F., & Joseph, G. (1995). Lesbians choosing motherhood: a comparative study of lesbian and heterosexual parents and their children. *Developmental Psychology*, 31 (1), 105-114.
- Frazão, P., & Rosário, R. (2008). O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, 1 (XXVI), 33-35.
- Garbar, C., & Theodore, F. (2000). *Famílias mosaico*. São Paulo, SP: Augustus.

- Gartrell, N., Bos, H., & Goldberg, N. (2010). Adolescents of the U.S. National Longitudinal Lesbian Family Study: Sexual Orientation, Sexual Behavior, and Sexual Risk Exposure. *Archives of Sexual Behavior*. DOI: 10.1007/s10508-010-9692-2.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Revista Ex-Aequo*, 23, 83-89.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 312-322.
- Gato, J., Freitas, D., & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social. *Psicologia*, 26(1), 71-95.
- Golombock, S., Perry, B., Burston, A., Murray, C., Mooney-Somers, J., Stevens, M., & Golding, J. (2003). Children with lesbian parents: a community study. *Developmental Psychology*, 39 (1), 20-23. DOI: 10.1037/0012-1649.39.1.20.
- Golombok, S., & Badger, S. (2010). Children raised in mother-headed families from infancy: A follow-up of children of lesbian and heterosexual mothers, at early adulthood. *Human Reproduction*, 25, 150-157.
- González, M., Chacón, F., Gómez, A., Sánchez, M., & Morcillo, E. (2003). Dinámicas familiares, organización de la vida cotidiana y desarrollo infantil y adolescente en familias homoparentales. *Estudios e investigaciones*. Madrid: Oficinal del Defensor del Menor de la Comunidad de Madrid.

- González, M., Morcillo, E., Sánchez, M., Chacón, F., & Gómez, A. (2004). Ajuste psicológico e integración social en hijos e hijas de familias homoparentales. *Infancia y Aprendizaje*, 27 (3), 327-343.
- Guedeney, N., & Guedeney, A. (2004). *Vinculação: Conceitos e aplicações*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Herek, G. M. (2004). Beyond “homophobia”: Thinking about sexual stigma and prejudice in the twenty-first century. *Sexuality Research and Social Policy*, 1, 6-24.
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 3 (XXIV), 363-372.
- Johnson, R., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2006). Young children in institutional care at risk of harm. *Trauma Violence and Abuse*, 7 (1), 1-26. DOI: 10.1177/1524838005283696.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Lopes, A. B. (2012). *Concepções sobre o Processo de Adopção e da Adopção por Casais Homossexuais*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade dos Açores para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Educação, Especialidade de Contextos Comunitários.
- MacLean, K. (2003). The Impact of Institutionalization on Child Development. *Developmental Psychopathology*, 15 (4), 853-884.

- Magalhães, A. (2012). *A Depressão na Criança Institucionalizada*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos Requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook* (2nd ed.). Thousand Oaks, Sage Publications.
- Moita, G. (2003). Essências e diferenças: Minorias sexuais ou sexualidades (im)possíveis? In: L. Fonseca, C. Soares, & J. M. Vaz, *A sexologia: perspectiva multidisciplinar* (Vol. II, pp. 93-115). Quarteto Editora.
- Moita, G. (2006). A patologia da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 76, 53-72.
- Moita, M. G. (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: a homossexualidade de dois lados do espelho*. Dissertação apresentada para a obtenção de Grau de Doutor em Ciências Biomédicas, pela Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.
- Montagner, H. (1993). *A Vinculação: A Aurora da Ternura*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Morrow, D. F. (2006). Coming Out as gay, lesbian, bisexual, and transgender. In: D. F. Morrow, & L. Messinger, *Sexual orientation and gender expression in social work practice* (pp. 129-149). New York: Columbia University Press.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2011). *Código Deontológico*. Lisboa, OPP.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013). *Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais*. Lisboa.

- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, 17, 31-40.
- Patterson, C. (2006). Children of lesbian and gay parents. *Current Directions in Psychological Science*, 15 (5), 241-244.
- Patterson, C. (2009). Children of Lesbian and Gay Parents: Psychology, Law and Policy. *American Psychologist*, 727-736.
- Pereira, A. d. (2009). *Normas sociais, crenças sobre a natureza da homossexualidade e preconceito contra os homossexuais*. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia Social e Organizacional, Especialidade em Psicologia Social.
- Pereira, C. R., Torres, A. R., Falcão, L., & Pereira, A. S. (2013). O papel de Representações Sociais sobre a Natureza da Homossexualidade na Oposição ao Casamento Civil e à Adoção por Famílias Homoafetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29 (1), 79-89.
- Pereira, H., & Leal, I. (2002). A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais. *Análise Psicológica*, 1 (XX), 107-113.
- Pereira, H., & Leal, I. P. (2005). A identidade (homo)sexual e os seus determinantes: Implicações para a saúde. *Análise Psicológica*, 3 (XXIII), 315-322.
- Perelson, S. (2006). A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Estudos Feministas*, 14(3), 709-730.

- Perrin, E. C., Siegel, B. S., & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health (2013). Promoting the well-being of children whose parents are gay or lesbian. *Pediatrics*, 131, 1374-1383.
- Perroni, S., & Costa, M. I. M. (2008). Psicologia clínica e homoparentalidade: Desafios contemporâneos. *Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Robitaille, C., & Saint-Jacques, M. (2009). Social stigma and the situation of young people in lesbian and gay stepfamilies. *Journal of Homosexuality*, 56 (4), 421-442.
- Santos, M. A., & Moscheta, M. S. (2006). Metáforas da vida a dois: Sentidos do relacionamento conjugal produzidos por um casal homoafetivo. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 17(2), 217-232.
- Santos, Y. G., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 572-582.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), 71-80.
- Uziel, A., Andrade, R., Antonio, C. A., Ferreira, I. T., Machado, R. S., Medeiros, L. S., . . . Moraes, M. B. (2006). Parentalidade e conjugalidade: Aparições no movimento homossexual. *Horizonte Antropológico*, 12(26), 203-227.

Wainright, J., & Patterson, C. (2008). Peer Relations Among Adolescents with Female Same-sex Parents. *Developmental Psychology*, 44 (1), 117-126. DOI: 10.1037/0012-1649.44.1.117.

Wainright, J., Russell, S., & Patterson, C. (2004). Psychosocial Adjustment, School Outcomes, and Romantic Relationships of Adolescents With Same-sex Parents. *Child Development*, 75 (6), 1886-1898.

Xavier, P. A., Alberto, I. M., & Mendes, F. E. (2015). Homoparentalidade: da abordagem científica aos normativos legais em Portugal. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 179-188.

Anexos

Anexo A

Guião de entrevista

Tema: Homoparentalidade

Unidade de análise:

1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

- 1.1. Sexo
- 1.2. Idade
- 1.3. Habilitações Literárias
- 1.4. Profissão
- 1.5. Experiência profissional

2. Para um desenvolvimento saudável da criança

- 2.1. O que considera ser fundamental para uma criança ter um desenvolvimento saudável?

3. O lugar da família

- 3.1. Qual o lugar que a família tem neste processo?

4. A educação de uma criança por uma família homoparental

- 4.1. Como encara a possibilidade da educação de uma criança por parte de uma família homoparental?
- 4.2. Já encontrou famílias deste tipo na sua prática clínica?
- 4.3. Considera, na sua opinião, que existem diferenças significativas nestas famílias comparando com famílias heteroparentais ou mesmo com famílias monoparentais?

5. A investigação em homoparentalidade

5.1. Apesar dos vários estudos realizados, e citados no relatório de evidência científica psicológica sobre relações familiares e desenvolvimento infantil nas famílias homoparentais que sustentam: i) *os homossexuais podem de facto ser bons pais*; ii) *a homoparentalidade não põe em causa o desenvolvimento psicológico das crianças*; iii) *a orientação sexual dos filhos não parece depender da orientação sexual dos pais*; iv) *parece ser menos provável que crianças de famílias homoparentais sejam vítimas de abuso físico ou sexual por parte dos pais*; v) *as crianças destas famílias podem sofrer discriminação mas isso não impede de se desenvolverem saudavelmente e manterem relações positivas com os outros*. Como explica a persistência de alguma falta de consenso nesta matéria por parte dos profissionais?

5.2. Um dos argumentos, aquando da discussão no parlamento da lei da coadoção por parte de casais homoparentais, um dos argumentos utilizados contra essa lei seria que estes estudos estariam enviesados, nomeadamente também o relatório por parte da ordem que estaria também enviesado. Qual a sua opinião?

6. Desafios

6.1. O que é no seu ponto de vista desejável fazer nesta matéria?

6.2. O que pode ser feito nesta temática de forma a ir de encontro às orientações de associações como a Associação Americana de Psicologia, a Associação Americana de Psicanálise, o Colégio Oficial de Psicólogos de Madrid, a Academia Americana de Pediatria, a Associação Americana de Psiquiatria e a Academia Americana de Psiquiatria da Criança e do Adolescente?

Anexo B

Declaração de Consentimento Informado

Declaração de Consentimento Informado

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Márcia Teixeira (aluna da Universidade Fernando Pessoa), orientado pelo Professor Doutor Luís Santos, no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde.

O objetivo geral do estudo passa por mapear as configurações da homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde. A colaboração será concretizada através de uma entrevista que será registada em gravação áudio para posterior transcrição e análise.

A sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo sobre si.

Toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e apenas utilizada para fins académicos.

Data: ___/___/_____

Assinatura: _____

Anexo C

Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 2 do guião de entrevista

Anexo C - Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 2 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: Para um desenvolvimento saudável da criança

SUB-CATEGORIA: Condições necessárias

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Satisfação das necessidades básicas	<p>“(…) eu sei que posso ter uma ideia um bocadinho feita mas essa ideia do equilíbrio, de harmonia... é realmente fundamental.” E1</p> <p>“De facto, acho que são, muito importantes as condições económicas da família e as condições afetivas e emocionais do contexto nuclear e alargado.” E2</p> <p>“Acho que isso [o amor] é o mais importante. E por isso é preciso que ela [a criança] tenha cuidadores, pais e mães e avós, tios que, (...), não se esqueçam de si mesmos. Nós nunca podemos criar condições de desenvolvimento ao outro sem que as nossas também estejam satisfeitas (...) é importante que o cuidador esteja bem cuidado e que não se esqueça de si mesmo” E2</p>

Anexo C - Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 2 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: Para um desenvolvimento saudável da criança

SUB-CATEGORIA: Condições necessárias

		Unidade de análise
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>Satisfação das necessidades básicas</p>	<p>“E depois a escola assume um papel fundamental. Os professores, o ensino [exercem um papel] crucial, também neste apoio-desafio. Aliás, é um modelo fundamental ao longo da vida toda. A escola também é fundamental, promovendo esses valores de autonomia, valores de independência, de consciência crítica e de julgamento crítico.” E1</p> <p>“(…) e depois os próprio meios, e os próprios contextos sociais e o próprio grupo de pares, os amigos, em que a própria criança vai crescendo. Falta saber se é um contexto estimulante por isto tudo que lhe fui dizendo ou se é um contexto, por outro lado, que enfraquece e que é debilitante por esses questões estruturais e fundamentais para o desenvolvimento.” E1</p> <p>“Eu considero que o amor, tal como cada um de nós reconhece, é como uma espécie de vacina para a vida. Uma criança que seja gerada num contexto afetivo, seguro, de amor, organizado em termos de ambiente é, com certeza, um adulto com mais competências para lidar com as incertezas da vida.” E2</p>

Anexo C - Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 2 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: Para um desenvolvimento saudável da criança

SUB-CATEGORIA: Condições necessárias

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Satisfação das necessidades básicas	<p>“Quando a criança sente que alguém lhe dá um limite ela sente-se mais segura porque um limite é um aconchego, isso é um limite.” E2</p> <p>“E o saber educar também passa por impor limites e regras. (...) o afeto também passa pelo impor limites e impor regras.” E3</p> <p>“Mas um dia o seu percurso será para ele também poder fazer as suas próprias opções, as suas escolhas. É claro que poderá contar com o pai e a mãe mas fazer também o seu percurso autónomo que deve ter um investimento grande em termos de afeto, mas ao mesmo tempo essa ligação tem que ter também regras e limites para haver momentos onde é transmitido que existem valores que não poderá ultrapassar. Tem que desenvolver um sentido de responsabilidade para poder integrar-se numa sociedade onde depois lhe serão exigidas regras e terá de resistir a frustrações que poderão surgir, vai ter de ser autónoma e muitas vezes desenvolver por ela certas competências. Para isso tem de se estabelecer quais são os limites e ir começando a conseguir com que a criança interiorize por ela e depois gradualmente começando a dar mais autonomia mas sempre numa perspetiva que os limites se vão alterando conforme as idades mas sempre com estes ingredientes presentes: o afeto e a criação de regras.” E4</p>

Anexo C - Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 2 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: Para um desenvolvimento saudável da criança

SUB-CATEGORIA: Condições necessárias

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Necessidade de todas as etapas do desenvolvimento serem alcançadas passo a passo	“Portanto é importante que haja um equilíbrio, que simultaneamente haja todo o cuidado no desenvolvimento, não é no desenvolvimento é nas respostas às necessidades afetivas da criança e, obviamente, as necessidades básicas da alimentação, das rotinas do sono, a escola, o contacto com o estranho fora da família, portanto que todas essas etapas sejam feitas passo a passo. [É ainda importante que] não se aldrabe numa tentativa de a criança ir mais cedo para a escola, numa tentativa de dar brinquedos à criança que não são para a sua idade só porque achamos que o nosso filho é mais esperto que os outros, não sobre estimular a criança com conteúdos cognitivos, não esperar que ela avance etapas ou salte etapas do desenvolvimento antes de ela própria ter não só as competências comportamentais mas afetivas.” E2
	Não depositar expectativas desmesuradas na criança	“(…) e é importante também que a criança não sinta que é a esperança da família. O depósito de expectativas que depois ela própria não aguenta e não consegue gerir.” E2

Anexo D

Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 3 do guião de entrevista

Anexo D – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 3 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: O lugar da família

SUB-CATEGORIA: Caracterização

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Figuras securizantes e figuras de vinculação		<p>“A família é ... eu não lhe colocaria família. Não lhe daria esse nome. Daria antes figuras securizantes e figuras de vinculação. Fossem elas quais fossem, pode ser família ou pode não ser família.” E3</p>
	Funções das figuras de vinculação	<p>“No processo educativo são muitas [funções], porque é a quem a criança está efetivamente ligada. É essa figura de vinculação que vai construir todo este processo de desenvolvimento da criança e de edificação da criança e vai acompanhar todo este processo. Por isso é fundamental.” E3</p>
	Lugar privilegiado da família	<p>“Pode ter cuidados mais individualizados, pode ter uma atenção muito centrada na própria criança, dar resposta às suas necessidades de uma forma mais atenta para estar mais protegida, há uma atenção que é dada mais constante e mais fácil de manter em número mais pequeno que é mais fácil de saber se a criança está a crescer bem.” E4</p>

Anexo D – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 3 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: O lugar da família

SUB-CATEGORIA: Caracterização

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>Deve ser privilegiado</p>	<p>“Numa instituição, pode até ser uma instituição de tamanho mais reduzido, pode-se pensar numa instituição mais pequena, mais parecida com o tamanho que uma família tem. [Contudo], é sempre diferente duma instituição que, pelas suas características, pode ter funcionárias diferentes ao longo do desenvolvimento da criança. Vai ter de ser uma organização própria onde há turnos, onde há mudanças e o que é importante é que a criança vai ter menos facilidade de criar vínculos com uma determinada pessoa, porque num dia inteiro será muito difícil serem as mesmas pessoas a cuidar dela. (...) Se ela estiver num centro de acolhimento será uma profissão e as pessoas podem estar a desenvolver bem a sua profissão mas os laços afetivos que serão criados serão diferentes.” E4</p>
	<p>Espaço privilegiado para a criação e desenvolvimento de uma vinculação segura</p>	<p>“(…) essa família tem por um lado a possibilidade de criar vínculos afetivos com esta criança, genuinamente afetivos, portanto não tendo os problemas de uma situação mais profissional. Poderão cuidar dela de uma forma contínua, poderão dar-lhe aquilo que ela necessita, poderão criar determinados limites e regras que são fundamentais para o desenvolvimento de uma criança.” E4</p>

Anexo D – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 3 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: O lugar da família

SUB-CATEGORIA: Caracterização

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Desafio versus apoio	<p>Criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da criança</p> <p>Família como contexto estruturante ou desestruturante</p>	<p>“E depois fazer um misto que acho que é fundamental e é o grande desafio da família que é, por um lado, ser porto seguro ou seja se necessitares estamos cá, aquilo que necessitares conta connosco, mas também ao mesmo tempo criar condições estimulantes para a pessoa ter o desafio suficiente para começar a explorar outros contextos de vida, ou seja aos poucos ir promovendo uma autonomia. Este misto, este desafio versus apoio não é muito fácil, porque aquilo que nós temos é famílias ou que são demasiado apoiantes e são demasiado responsivas, não dando qualquer espaço ou liberdade para a criança explorar o meio à sua volta, ou então também temos aquelas que é independência, independência e, se for preciso ou tiver alguma dificuldade e ser o tal porto seguro, não estão lá, não é?” E1</p> <p>“Mais uma obrigação da família: criar condições de bem-estar e equilíbrio para o desenvolvimento e crescimento da família.” E1</p> <p>“Ou seja, a família aqui pode ser estruturante como desestruturante. Pode criar aqui, digamos, pode começar a criar, a semear, situações, valores que sejam, de facto, fundamentais para o seu crescimento adaptado e saudável ou, pelo contrário, pode estar realmente a criar situações que mais tarde se venham a demonstrar como, não diria determinantes mas como muito influenciadoras de comportamentos desviantes, de comportamentos antinorma, antirregra.” E1</p>

Anexo E

Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 4 do guião de entrevista

Anexo E – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 4 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: A educação de uma criança por uma família homoparental

SUB-CATEGORIA: Posicionamentos

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>Estrutura da família é menos valorizada do que a sua dinâmica</p>	<p>“Eu diria que qualquer família seja ela monoparental, recomposta, de adoção ou homoparental, aqui a estrutura da família é o que menos importa. Ou seja, se é só um elemento, se é elementos com núcleos diferentes, ou seja, com núcleos que vêm de famílias que se casaram e entretanto divorciaram-se e se recompuseram, seja de famílias de adoção, sejam de famílias tidas intactas, essa estrutura, a composição será menos importante. (...) A família funciona? Ou seja, consegue assegurar aos seus elementos as necessidades mais básicas, já Maslow falava, as fisiológicas, as de segurança, as sociais, às várias partes? Se sim tudo bem.” E1</p> <p>“O que me pergunta é como vejo essa possibilidade. Vejo como uma outra família. Penso que estes ingredientes de que falei, que são importantes existirem também nestas famílias, da forma como devem existir em qualquer família.” E4</p> <p>“Eu acho que de todas aquelas que podem estar em maior risco, em termos do desenvolvimento e do impacto, são as monoparentais. Isto porque as mulheres e os homens que estão sozinhos a cuidar do desenvolvimento de uma criança estão mais sujeitos a fatores de stresse, internos e externos. (...) Depois entre as homossexuais e as heterossexuais as questões são muito semelhantes.” E2</p>

Anexo E – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 4 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: A educação de uma criança por uma família homoparental

SUB-CATEGORIA: (In)existência de contactos profissionais com famílias homoparentais

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Abertamente, não	Experiência com famílias homoparentais	<p>“Abertamente, não. Com sinceridade, não. Alguém que venha bater à porta do meu gabinete dizer que se encontra nessa situação, que se sente bem ou mal nessa situação ou algum professor que me tenha encaminhado... não, realmente não.” E1</p> <p>“Não. Não tenho nenhum casal homossexual com crianças.” E3</p> <p>“Já, já encontrei. Já fiz terapia de casal com casais homossexuais. Não tinham filhos e já tive também, estava aqui a pensar, já tive e tenho neste momento algumas pessoas que têm uma configuração diferente, são homossexuais mas que estão em união heterossexual. E2</p> <p>“Sim. Já tive experiência com famílias com esse tipo de funcionamento e com essas características e tinham as mesmas dificuldades, os mesmos problemas ou potencialidades que têm outras.” E4</p>

Anexo E – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 4 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: A educação de uma criança por uma família homoparental

SUB-CATEGORIA: Reservas manifestadas

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>Necessidade de ultrapassar os preconceitos, pressão e estereótipos sociais</p>	<p>“Agora há uma questão à qual não podemos fugir que são precisamente os preconceitos, a pressão, os estereótipos sociais. Nós não estamos preparados, nem a escola em que me incluo, nem os professores, nem os assistentes operacionais, nem os diretores das escolas. Toda a comunidade não está preparada para ver de forma positiva e, sobretudo, não de forma etiquetada e rótulo negativo uma criança a crescer no meio de uma família homoparental, quer seja ela com duas mulheres ou dois homens. Não está. Não está e ainda estamos longe disso.” E1</p> <p>“(…) o grande medo [mais ou menos generalizado, em particular no senso comum] será que uma criança educada no contexto de uma família homoparental irá ser no futuro homossexual? Quando a maioria dos homossexuais viveram em famílias heterossexuais. Há pouquíssimas experiências de homossexuais, tanto homens como mulheres, que tenham vivido as suas infâncias num contexto de famílias homossexuais, há pouquíssimas. De facto eles viviam no contexto do modelo dito tradicional.” E2</p> <p>“Não há... mecanismos, não estão criadas situações em que essas famílias se possam expor normal e naturalmente como outra família pode porque, naturalmente, eles iam sentir que iam ser rotulados, discriminados, e ia ser-lhes apontado o dedo como não beneficiando o crescimento daquele filho ou filha, mas, pelo contrário, estando a prejudicar porque, volto a dizer, a sociedade considera sempre melhor a presença de um elemento do sexo contrário.” E1</p>

Anexo E – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 4 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: A educação de uma criança por uma família homoparental

SUB-CATEGORIA: Reservas manifestadas

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>É fundamental qua a criança não seja convocada para um segredo</p>	<p>“É importante que o par conjugal, os dois homens ou as duas mulheres, tenham... que isto não seja um segredo. Que a orientação sexual deles não seja um segredo, que seja algo que esteja bem integrado em termos da família alargada para que aquela criança não vá ser convocada para um segredo que depois passa de dois a três. Isto é que é muito perigoso. (...) Nós não temos que andar a contar a nossa vida em praça pública, mas quando fala dos laços de família, do desenvolvimento, é importante que haja transparência. Acho que é importante haver estas condições, que não haja segredo, que a relação esteja bem integrada, integrada não significa que gostem deles ou delas, integrada é que saibam, que digam que vivem em união de facto, que são casados ou casadas, para que a criança possa ser recebida também de uma forma livre, para que todos saibam “este é meu pai e aquele também é meu pai”. E2</p>
	<p>Reconhecimento de contextos homofóbicos pese embora se reconheçam avanços em torno dos costumes</p>	<p>“Hoje em dia talvez a gente já esteja num patamar em que esse olhar já não é o mesmo. As pessoas já quererem lá saber. Em meios urbanos como o Porto em que é possível ver dois homens abraçados e a beijarem-se à noite, sobretudo à noite, as pessoas não querem saber. (...) Agora, obviamente, se a família está inscrita, inserida num contexto social muito homofóbico e em que isto se traduz num impacto grande na vida da criança ou na escola “ah porque o teu pai é este ou a tua mãe é aquela (...) É importante, mas acho que muitas vezes o preconceito é interno. Também há dos outros, mas penso eu que é maioritariamente interno.” E2</p>

Anexo E – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 4 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: A educação de uma criança por uma família homoparental

SUB-CATEGORIA: Reservas manifestadas

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Necessidade de proteger mais as famílias homoparentais através de um enquadramento jurídico e social	<p>“(…) temos também cada vez mais famílias nessa situação e são ainda muito invisíveis em termos sociais porque em termos legais não existe ainda um enquadramento por exemplo em termos das responsabilidades destes pais não há essa possibilidade ao nível do tribunal. Por isso isto também contribui para a invisibilidade, as pessoas não chegam ao sistema, não chegam aos tribunais.” E4</p> <p>“O que é mau, é muito mau porque acabam por não ter os mesmos apoios, acabam por não ter tanta ajuda de técnicos e serviços como teriam uma família dita normal.” E1</p>

Anexo F

Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 5 do guião de entrevista

Anexo F – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 5 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: A investigação em homoparentalidade

SUB-CATEGORIA: Entre o (des)conhecimento e o posicionamento

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>Reconhecimento da responsabilidade profissional em acompanhar os avanços científicos, implementando-os na prática</p>	<p>“O que me parece que há aqui é que antes de profissionais nós temos pessoas, tivemos uma educação com determinados valores, com determinado passado e portanto a sociedade com a sua forma de pensar educou estas pessoas.” E4</p> <p>“(…) Ou seja, eu perceber que tenho todo o direito como pessoa a ter os meus estereótipos, os meus preconceitos, todos temos, mas se há, e há, como disse e bem como um suporte empírico, um suporte científico que mostre que realmente não é por as famílias terem estruturas diferentes da chamada tradicional que se compromete o desenvolvimento da criança, então eu tenho que assumir isso e vincular na minha prática os resultados que as investigações de forma consistente mostram e não propriamente chamar à minha intervenção o que a pessoa antes do profissional pensa que é, sente ou deseja. (...) Portanto, saber distinguir, não é fácil, sabemos, porque é a mesma pessoa. O profissional tem o ser humano atrás. Antes de ser profissional e ter uma determinada função e um determinado papel, já era uma pessoa com valores, com interesses, com expectativas... não é fácil mas também acho que é isso que distingue um bom e um mau profissional.” E1</p>

Anexo F – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 5 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: A investigação em homoparentalidade

SUB-CATEGORIA: Entre o (des)conhecimento e o posicionamento

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>A importância da supervisão</p>	<p>“O que acontece muitas vezes é que aparece um homossexual ou uma homossexual que tem uma perturbação, imagine uma perturbação de personalidade que é uma coisa que aparece em toda a gente. Quantos heterossexuais não têm uma perturbação de personalidade e às vezes o que nós percebemos e aí aparece um bocado o preconceito é quando a perturbação da personalidade é acoplada ou subsidiária pela orientação sexual.” E2</p> <p>“E não se deve admitir estes juízos de valor sem serem baseados em investigações, esta forma de pensar com determinados valores que têm a ver com valores pessoais em termos profissionais pode prejudicar o trabalho com aquelas pessoas.” E4</p>

Anexo F – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 5 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: A investigação em homoparentalidade

SUB-CATEGORIA: Entre o (des)conhecimento e o posicionamento

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>Investigação e o perigo de enviesamento</p>	<p>“Todos cientistas estão sujeitos a enviesamento. Nós quando fazemos ciência temos é de controlar um conjunto de variáveis para que o enviesamento seja o mínimo possível.” E1</p> <p>“Eu acho que perigo de enviesamento é de um lado e de outro. Se eu sou filiado, se eu tenho uma convicção religiosa forte, às tantas a forma como eu vou olhar para os dados vai ser condicionada pelas minhas convicções. Não é fácil fazer estudos completamente neutros. Agora o maior e melhor estudo que nós temos é a experiência de quem já passou e a evidência o que nos diz” E2</p> <p>“Se o estudo está bem feito não se pode atacar. O autor do estudo não modifica os dados, não é o autor que faz com que os dados sejam de uma determinada forma ou de outra, eles são o que são. Portanto, eu penso que esse argumento é um argumento bastante comum quando as pessoas querem desvalorizar as conclusões a que chega e as quais não concordam.” E4</p>

Anexo G

Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 6 do guião de entrevista

Anexo G – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 6 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: Desafios

		Unidade de análise
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>Desafios dos Técnicos/profissionais</p>	<p>“(…) o que é que nós técnicos podemos fazer? Pomos mostrar com testemunhos, com os estudos que falou, com exemplos, com campanhas de sensibilização e mais, uma escola pode fazer parcerias com centros de saúde, com outros técnicos, com câmaras municipais, com juntas que estão mais próximas da população em termos políticos e realmente passar esta ideia, que é uma ideia realmente consistente e científica, que realmente existe, nada tem de prejuízo e vamos assumir para que também em casos que precisem de apoio, como qualquer outra família, estar a comunidade aberta a receber e integrar naturalmente essas famílias. Portanto, a nível da escola o desmistificar, o esclarecer torna-se fundamental. (...) E cabe a nós psicólogos, em nome da escola, já que sensibilizamos para áreas da sexualidade, já que sensibilizamos para as questões do bullying, tudo isto são discriminações devemos começar a sensibilizar para uma realidade que é esta. Que está a ser pouco falada mas que realmente existe.” E1</p> <p>“É preciso criar a consciência de que é uma realidade. É preciso criar a consciência de que existem muitos estudos que demonstram que não há realmente qualquer prejuízo, muito pelo contrário, no desenvolvimento da criança se a família for homoparental. E os profissionais despirem os seus naturais preconceitos e crenças, naturais na pessoa mas que já não são naturais dos profissionais que intervêm.” E1</p>

Anexo G – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 6 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: Desafios

		Unidade de análise
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Desafios das associações	“Portanto deve ser feito um trabalho pedagógico, acho que a sociedade, em geral deve ser muito trabalhada, acho que as pessoas que estão ligadas a associações mais destas áreas e que podem não ser pessoas homossexuais mas que defendam esses direitos que devem ter em atenção que há um trabalho com a sociedade e acho que devem fazer também uma perspetiva pedagógica de luta dos seus direitos, que não têm de baixar os braços, que devem criar leis e tentar lançar projetos de lei, com discussões saudáveis, com investigações como base, mas que devem continuar a fazer este trabalho.” E4
	Alterações na legislação a seu tempo	“Tivemos grandes mudanças. Acho que agora era importante consolidar essas mudanças e talvez daqui a meia dúzia de anos voltar a pensar nisto [a adoção por parte de casais do mesmo sexo] e propor novas opções. Mas que vão acontecer. Serão inevitáveis, não tenho dúvida nenhuma.” E2

Anexo G – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 6 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: Desafios

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	<p>Alterações à legislação imediatas</p>	<p>“E efetivamente continuar a fazer-se alguma pressão política neste sentido, de implementar legislação que vá de acordo e no respeito pela igualdade. (...) É preciso aprovar a legislação que foi proposta. Essa e muito mais. Há muita coisa dentro da legislação que tem efetivamente que ser revista, quer a possibilidade de adoção por casais homossexuais, que não é e é completamente absurdo que uma pessoa possa adotar mas um casal não possa e até acho de alguma forma um bocadinho perverso. Porque quem é que nos diz que uma pessoa sozinha seja melhor que duas juntas, também não sei muito bem. Mas não é só isso, não é, em termos da legislação não é só as questões da homoparentalidade. Há muitas outras questões em termos da sexualidade que também são pertinentes. É, por exemplo, não tanto na homoparentalidade mas vai lá ter, que é por exemplo uma pessoa que seja homossexual ou lésbica não possa fazer procriação medicamente assistida. Por que não? Por isso a legislação não tem só a ver com a adoção de crianças. Também tem a ver com muitas outras questões associadas às questões da homossexualidade que continuam a não abordar, a não questionar.” E3</p> <p>“Portanto a lei deve ajudar a tornar estas pessoas mais visíveis, deve ajudar a proteger as crianças permitindo que elas tenham acesso às mesmas coisas que têm as outras crianças. (...) Portanto, também a lei aí tem de ser, de facto, para todos e tem de existir. Mas a forma como ela é lida, como é usada por estes profissionais formados, a polícia, os tribunais, os psicólogos, os assistentes sociais, os educadores, as pessoas que lidam com esta problemática devem ser alvo de mais formação. (...) eu acho que a legislação é fundamental para que haja maior aceitação social. Não é se calhar suficiente, mas é necessária, é fundamental.” E4</p>

Anexo G – Matriz conceptual alusiva à unidade de análise 6 do guião de entrevista

TEMA: Homoparentalidade

CATEGORIA: Desafios

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Investigação	“Acho que estes estudos, que as investigações são fundamentais. E deve continuar-se a fazer mais estudos, mais investigação com pessoas que tenham interesse em explorar este tema. Acho que é realmente importante porque são os factos.” E4
	Dar voz a quem ainda não a teve	“(…) acho que é importante dar voz àqueles adolescentes, sobretudo, ou até adultos que viveram em situações de homoparentalidade.” E2